



DIÁRIO da Assembleia da República

IV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1985-1986)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE MAIO DE 1986

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Rodrigues Vitoriano

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Carlos Pinto Bastos da Mota Torres

Rui de Sá e Cunha

José Manuel Mala Nunes de Almela

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta do expediente, da apresentação de requerimentos, de resposta a alguns outros e dos diplomas entrados na Mesa.

Foi aprovado um voto de pesar pelo acidente ferroviário ocorrido na Póvoa de Santa Iria, tendo usado da palavra, em declaração de voto, os Srs. Deputados António de Sousa Pereira (PRD), Rosado Correia (PS), Cavaleiro Brandão (CDS), António Mota (PCP) e Abílio Rodrigues (PSD).

Em declaração política, o Sr. Deputado Manuel Queiró (CDS) expôs algumas preocupações relacionadas com o acidente ocorrido na central nuclear de Tchernobyl. Respondeu, no fim, a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado António de Sousa Pereira (PRD).

Também em declaração política, a Sr.^a Deputada Ana Gonçalves (PRD) insurgiu-se contra a hipótese de o Governo não executar a lei sobre salários em atraso.

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado António Capucho (PSD) evocou a memória do Prof. Mota Pinto, ao que se associaram os Srs. Deputados António Vitorino (PS), José Carlos Vasconcelos (PRD), Manuel Queiró (CDS) e Carlos Brito (PCP).

O Sr. Deputado José Magalhães (PCP), a propósito do possível não cumprimento da lei de combate aos salários em atraso, condenou a forma como o Governo executa leis da Assembleia da República. Respondeu, no fim, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Jardim Ramos (PSD) e Lopes Cardoso (Indep.).

O Sr. Deputado António Paulouro (PRD) alertou a Câmara para a situação em que se encontram os trabalhadores das minas da Parnasqueira.

Após uma intervenção do Sr. Deputado Gomes de Pinho (CDS), à qual se associaram os Srs. Deputados José Manuel Mendes (PCP), Magalhães Mota (PRD), Vieira Mesquita (PSD) e Raul Junqueiro (PS), foi aprovado um voto de pesar pela morte da actriz Laura Alves.

A Sr.^a Deputada Maria Santos, evocando o acidente ocorrido na central de Tchernobyl, manifestou as suas preocupações perante o perigo da opção nuclear. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Manuel Queiró (CDS).

O Sr. Deputado Ribeiro Teles (Indep.), aludindo ao acidente ocorrido em Tchernobyl, criticou o uso da energia nuclear e alertou para a necessidade de uma fiscalização activa das centrais nucleares espanholas de Almaraz e Valdecaballeros.

O Sr. Deputado Malato Correia (PSD) referiu-se a vários problemas existentes no distrito de Portalegre, tendo, no final, respondido a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Luís Roque (PCP).

O Sr. Deputado Barbosa da Costa (PRD) deu conta das conclusões saídas do I Congresso Internacional sobre o Rio Douro. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Manuel Moreira (PSD).

O Sr. Deputado Raul Junqueiro (PS) chamou a atenção para a grave situação da serra do Caramulo e para a necessidade de se tomarem medidas para sanar os problemas aí existentes.

O Sr. Deputado Jardim Ramos (PSD) criticou a Assembleia pela aprovação de um artigo no Orçamento do Estado, que considerou inconstitucional.

Ordem do dia. — Foi lido e aprovado um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de deputados do PS e do PCP.

Proseguiu a discussão, conjunta, na generalidade, da proposta de lei n.º 18/IV e do projecto de lei n.º 18/IV, apresentados pelo PS, sobre incêndios florestais, na qual intervieram os Srs. Deputados Guedes de Campos (PRD), Andrade Pereira (CDS), Álvaro Figueiredo (PSD) e José Seabra (PRD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 18 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Gaspar Rodrigues.

Adérito Manuel Soares Campos.

Alberto Monteiro Araújo.

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.

Amândio Santa Cruz Basto Oliveira.

António d'Orey Capucho.

António Manuel Lopes Tavares.

António Paulo Pereira Coelho.
 António Roleira Marinho.
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.
 Arlindo da Silva André Moreira.
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
 Aurora Margarida Borges de Carvalho.
 Belarmino Henriques Correia.
 Carlos Alberto Pinto.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Dinah Serrão Alhandra.
 Domingos Duarte Lima.
 Domingos Silva e Sousa.
 Fernando Dias de Carvalho Conceição.
 Fernando José Próspero Luís.
 Fernando Manuel Cardoso Ferreira.
 Francisco Jardim Ramos.
 Francisco Mendes Costa.
 Francisco Rodrigues Porto.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 Henrique Luís Esteves Barrão.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Domingos Abreu Salgado.
 João Luís Malato Correia.
 João José Pedreira de Matos.
 João José Pimenta de Sousa.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 Joaquim Carneiro de Barros Domingues.
 Joaquim da Silva Martins.
 José de Almeida Cesário.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Assunção Marques.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Filipe Ataíde Carvalhosa.
 José Francisco Amaral.
 José Guilherme Coelho dos Reis.
 José Júlio Vieira Mesquita.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 José Mendes Melo Alves.
 Licínio Moreira da Silva.
 Luís António Martins.
 Luís Jorge Cabral Tavares Lima.
 Luís Manuel Costa Geraldes.
 Luís Manuel Neves Rodrigues.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel João Vaz Freixo.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria Antonieta Cardoso Moniz.
 Mário Jorge Belo Maciel.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
 Miguel Fernando Miranda Relvas.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Alberto Liripo Salvadá.
 Rui Manuel Parente Chancerelle Machete.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio de Oliveira Carneiro.
 Vitor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Agostinho de Jesus Domingues.
 Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Aloísio Fernando Macedo Fonseca.
 Américo Albino Silva Salteiro.

António de Almeida Santos.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Frederico Vieira de Moura.
 António Manuel Azevedo Gomes.
 António Manuel Ferreira Vitorino.
 António Miguel Moraes Barreto.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães Silva.
 Armando António Martins Vara.
 Armando dos Santos Lopes.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Luís.
 Carlos Manuel N. Costa Candal.
 Carlos Manuel Pereira Pinto.
 Helena Torres Marques.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fernando Henriques Lopes.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rosado Correia.
 Jorge Lacão Costa.
 José Augusto Fillol Guimarães.
 José Barbosa Mota.
 José Carlos Pinto B. Mota Torres.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Torres Couto.
 José dos Santos Gonçalves Frazão.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Leonel de Sousa Fadigas.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Raul Manuel Gouveia Bordalo Junqueiro.
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Victor Hugo de Jesus Sequeira.
 Victor Manuel Caio Roque.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Agostinho Correia de Sousa.
 Alexandre Manuel da Fonseca Leite.
 Ana da Graça Gonçalves Antunes.
 António Eduardo A. de Sousa Pereira.
 António Lopes Marques.
 António Magalhães de Barros Feu.
 António Maria Paulouro.
 Arménio Ramos de Carvalho.
 Bártnolo de Paiva Campos.
 Carlos Alberto Rodrigues Matias.
 Carlos Joaquim de Carvalho Ganopa.
 Eurico Lemos Pires.
 Fernando Dias de Carvalho.
 Francisco Armando Fernandes.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho.
 Jaime Manuel Coutinho da Silva Ramos.
 João Barros Madeira.
 Joaquim Carmelo Lobo.
 Joaquim Jorge Magalhães Mota.
 José Alberto Paiva Seabra Rosa.
 José Caeiro Passinhás.
 José Carlos Torres Matos Vasconcelos.
 José Emanuel Corujo Lopes.

José Fernando Pinho da Silva.
 José Luís Correia de Azevedo.
 José da Silva Lopes.
 José Rodrigo da Costa Carvalho.
 Maria Cristina Albuquerque.
 Paulo Manuel Quintão Guedes de Campos.
 Rui José dos Santos Silva.
 Rui de Sá e Cunha.
 Tiago Gameiro Rodrigues Bastos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.
 Vasco Pinto da Silva Marques.
 Vitorino da Silva Costa.
 Victor Manuel Ávila da Silva.
 Victor Manuel Lopes Vieira.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António da Silva Mota.
 António Manuel da Silva Osório.
 Belchior Alves Pereira.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos Manafaias.
 Cláudio José Santos Percheiro.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Francisco Miguel Duarte.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João Carlos Abrantes.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel dos Santos Magalhães.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Ilda da Costa Figueiredo.
 Maria Margarida Tengarrinha.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Rogério Paulo Sardinha de S. Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS):

Abel Augusto Gomes de Almeida.
 António José Tomás Gomes de Pinho.
 António Vasco Mello César Menezes.
 Francisco António Oliveira Teixeira.
 Henrique José Pereira de Moraes.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 Horácio Alves Marçal.
 João Gomes de Abreu Lima.
 João da Silva Mendes Morgado.
 Joaquim Rocha dos Santos.
 José Augusto Gama.
 José Maria Andrade Pereira.
 Manuel Afonso de Almeida Pinto.
 Manuel Eugénio Cavaleiro Brandão.
 Manuel Tomás Rodrigues Queiró.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

António Monteiro de Almeida Taborda.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 José Manuel do Carmo Tengarrinha.

Deputados independentes:
 António José Borges de Carvalho.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.
 Maria Amélia Mota Santos.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à leitura do expediente.

Deu-se conta do seguinte

Expediente

Cartas

De um grupo de jovens funcionários, contratados a prazo, na Empresa Electricidade de Portugal (EDP), E. P., trabalhando na Avenida do Infante Santo, em Lisboa, chamando a atenção desta Assembleia para a precária situação dos seus postos de trabalho e solicitando o melhor da nossa colaboração; de José Manuel da Costa, residente na Amadora, tecendo várias considerações sobre a descida do preço dos combustíveis, pedindo a baixa de alguns bens essenciais e dos transportes, bem como solicitando que a anunciada amnistia seja uma realidade e contemple casos sociais.

Ofícios

Da Assembleia Municipal do Seixal, remetendo exemplares das moções e saudação, que foram aprovadas na reunião realizada no dia 23 de Abril transacto, sobre o 12.º aniversário do 25 de Abril e a jornada do 1.º de Maio; da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, enviando um exemplar das conclusões de um debate, efectuado no passado dia 18 de Abril, sobre a situação hospitalar naquela cidade; da Câmara Municipal de Tarouca, remetendo um exemplar da moção de protesto que foi apresentada e votada na reunião ordinária que se efectuou no dia 15 de Abril passado, sobre o encerramento de matadouros; da Câmara Municipal da Amadora, remetendo um exemplar da moção aprovada, por unanimidade, no Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa, que decorreu nos dias 22 e 23 de Março passado, sob o patrocínio e naquele autarquia; da Câmara Municipal do Sabugal, enviando exemplar da moção aprovada, por unanimidade, na reunião que se realizou no dia 20 do passado mês de Abril, acerca do estado das estradas nacionais naquele concelho.

Telegrama

Dos professores da escola do Barril, Torres Vedras, reclamando uma lei de bases que consagre a gestão democrática no ensino.

Petições

Foram admitidas e seguem os trâmites regimentais as seguintes petições: n.º 40/IV, da iniciativa do Sr. Rui Manuel Dias José, residente em Lisboa, na qual dá conhecimento das circunstâncias em que sua mãe faleceu no Hospital de Santa Maria e pede que

se esclareça a trágica ocorrência; n.º 41/IV, da iniciativa do Sr. Carlos Alberto Correia Ribeiro, residente nas Termas de São Pedro do Sul, queixando-se de não ter sido admitido a concurso de admissão para funcionário da CGD e da CP e pede lhe seja feita justiça; n.º 42/IV, da iniciativa da Sr.ª Altina Maria Encarnação Bernardo e outros (secretariado provisório dos tarefeiros), 5.º Bairro Fiscal do Porto, onde expõem a sua situação de tarefeiros da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos e solicitam que seja regularizada a situação desta categoria de trabalhadores; n.º 43/IV, da iniciativa do Sr. Manuel Serafim Dias, residente em Faro, expondo questões referentes a aposentação, contagem de tempo de serviço e limite de idade do pessoal do QPMM (quadro de pessoal militar da Marinha) e solicita que ao mesmo sejam aplicadas regalias idênticas às que estão a ser aplicadas à Guarda Fiscal; n.º 44/IV, da iniciativa do Sr. Manuel Moço, residente na Damaia, Amadora, onde expõe os termos em que é concedida aos reformados a redução nos transportes e pede a abolição de horário para a sua utilização; n.º 45/IV, da iniciativa da Rumo — Cooperativa de Educação, C. R. L., com sede no Barreiro, expondo os fins que desenvolve no campo da educação, mencioná as suas dificuldades económico-financeiras e solicita maiores apoios do Estado; n.º 46/IV, da iniciativa da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul, com sede em Évora, expondo a grave situação da herdade do Chaparral e solicita que a Assembleia da República intervenha na sua resolução.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Na reunião plenária do dia 29 de Abril de 1986 foram apresentados os seguintes requerimentos: ao Governo (4), formulados pelo Sr. Deputado José Apolinário; a diversos ministérios (7), formulados pelo Sr. Deputado José Magalhães e outros.

Na reunião plenária do dia 30 de Abril de 1986 foram apresentados os seguintes: à Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais e dos Transportes e Comunicações (2), formulados pelos Srs. Deputados Luís Roque e Álvaro Brasileiro; aos Ministérios da Justiça e do Plano e da Administração do Território (2), formulados pelo Sr. Deputado Horácio Marçal; ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, formulado pelos Srs. Deputados António Mota e João Corregedor da Fonseca; ao Ministério da Educação e Cultura, formulados pelos Srs. Deputados Mendes Bota e José Apolinário e aos Ministérios da Saúde e da Educação e Cultura (2), formulados pelo Sr. Deputado António Tavares e outros.

O Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: António Barreto, na sessão de 6 de Janeiro; Fernando Dias de Carvalho, na sessão de 10 de Janeiro; Magalhães Mota, na sessão de 16 de Janeiro; Jorge Lemos, na sessão de 28 de Janeiro; António Sousa Pereira, nas sessões de 30 de Janeiro, 10 e 20 de Março; Rui Silva, na sessão de 25 de Fevereiro; Maia Nunes de Almeida, na sessão de 4 de Março; José Passinhas e Ribeiro Teles, na sessão de 6 de Março; José Apolinário, nas sessões de 15 de Março e 10 de Abril; Rogério Moreira, na sessão de 1 de Abril, e Francisco Armando Fernandes, na sessão de 8 de Abril.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai anunciar os diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Deram entrada na Mesa os seguintes projectos de lei: n.º 190/IV, apresentado pelo Sr. Deputado Leonel Fadigas e outros, do Partido Socialista, propondo a organização dos estudos do impacte ambiental para certos tipos de empreendimentos, actividades e projectos, que foi admitido e baixou à 9.ª Comissão; n.º 191/IV, apresentado pelo Sr. Deputado José Manuel Mendes e outros, do Partido Comunista Português, que pretende que se estabeleçam regras de protecção da língua portuguesa e dos autores e técnicos nacionais em matéria de publicidade cinematográfica, que foi admitido e baixou a 4.ª Comissão; n.º 192/IV, apresentado pelo Sr. Deputado Dias Lourenço e outros, do Partido Comunista Português, criando o município de Samora Correia, que foi igualmente admitido e baixou à 10.ª Comissão; n.º 193/IV, apresentado pela Sr.ª Deputada Independente Maria Santos, propondo a aprovação do plano nacional de educação artística, que foi admitido e baixou à 4.ª Comissão; n.º 194/IV, apresentado pelo Sr. Deputado Andrade Pereira e outros, do Centro Democrático Social, sobre o estatuto social dos bombeiros, que foi admitido e baixou à 10.ª Comissão; n.º 195/IV, apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Manafaia e outros, do Partido Comunista Português, prevendo o regime jurídico do contrato de trabalho a bordo das embarcações de pesca, que foi admitido e baixou à 3.ª Comissão; n.º 196/IV, apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Manafaia e outros, do Partido Comunista Português, prevendo medidas de garantia e segurança dos pescadores a bordo das embarcações de pesca, que foi admitido e baixou à 6.ª Comissão.

Deu também entrada na Mesa o projecto de resolução n.º 20/IV, apresentado pelo Centro Democrático Social, que, face à comemoração da visita oficial do Presidente da República Federativa do Brasil, recomenda várias iniciativas a realizar entre Portugal e o Brasil, que foi igualmente admitido.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa decidiu apresentar um voto de pesar pelo trágico acidente ferroviário ocorrido na Póvoa de Santa Iria no passado dia 5. Dado que se trata de uma situação grave, houve consenso entre os partidos para que a votação deste voto antecedesse as outras questões a debater no período de antes da ordem do dia.

O voto é do seguinte teor:

Voto de pesar

A Assembleia da República, profundamente consternada com o trágico acidente ferroviário ocorrido no passado dia 5 de Maio junto à estação da Póvoa de Santa Iria, que motivou a morte de cerca de duas dezenas de portugueses e ferimentos graves em muitos outros, manifesta a sua profunda preocupação por mais este grave acidente ferroviário e endereça às famílias enlutadas o seu mais profundo pesar e solidariedade e pronuncia-se pela rápida adopção das medidas necessárias que previnam a ocorrência de tão graves quanto tristes acontecimentos.

Srs. Deputados, houve consenso no sentido de que não houvesse debate e que fosse feita uma declaração de voto por cada partido, pelo que vamos proceder de imediato à votação do voto de pesar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Sousa Pereira.

O Sr. António de Sousa Pereira (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Renovador Democrático associa-se ao voto de pesar pelas vítimas do acidente ocorrido no passado dia 5, na Póvoa de Santa Iria.

Mais uma tragédia ferroviária ceifou duas dezenas de vidas e causou mais de meia centena de feridos, desta vez todos jovens, suscitando, mais uma vez, a questão da segurança com que se circula em Portugal, não só de comboio mas também em qualquer outro meio de transporte.

No respeitante aos caminhos de ferro, o PRD já manifestou as suas preocupações através de requerimentos que, há mais de um mês, deputados seus dirigiram ao conselho de gerência da CP, mas que até ao momento não obtiveram qualquer resposta.

Se uma tragédia desta natureza deve constituir sempre motivo de reflexão para daí se colherem lições que, na prática, se traduzam em medidas preventivas, entendemos não se dever ficar por considerações comprehensivelmente emotivas, que por serem de circunstância se tornam inconsequentes.

Em Portugal, os acidentes ferroviários, rodoviários e do trabalho causam anualmente um número assustador de vítimas, entre mortos e incapacitados. Mais do que inquéritos e apuramentos de responsabilidades, necessários, é certo, mas que só têm servido de alívio de consciência a entidades tutelares, imputando exclusivamente a terceiros responsabilidades que também são suas, impõe-se de uma vez por todas, a adopção de medidas preventivas que garantam a todos os Portugueses um mínimo de tranquilidade nos transportes e no trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pensamos ser este o momento indicado para desenvolver este assunto, que a todos nós interessa ver debatido com a devida profundidade. Por isso iremos levantar a questão, começando por requerer uma sessão de perguntas ao Governo sobre segurança em geral, designadamente nos transportes e trabalho. Esperamos, pois, que esta iniciativa seja acolhida com interesse pelos restantes grupos parlamentares.

O Sr. Presidente: — Também para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Rosado Correia.

O Sr. Rosado Correia (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista não pode deixar de, nesta hora, se associar à manifestação de pesar pela calamidade que atingiu as famílias das vítimas e o povo português em geral, proveniente da catástrofe da Póvoa de Santa Iria.

Não pode, de igual modo, o Partido Socialista deixar de considerar que a frequência e a gravidade dos acidentes que têm ocorrido com a CP são demasiado repetitivos, merecendo por isso uma reflexão profunda, da qual resulte um conhecimento perfeito e pleno das

razões e causas que verdadeiramente deram origem à catástrofe e continuarão a assombrar a segurança de todos aqueles que são utentes normais dos caminhos de ferro.

Mais uma vez se faz levantar um inquérito como lenitivo da consciência e mais uma vez ficarão adiadas as medidas estruturais já levantadas, aprovadas governamentalmente, postas em prática e hoje retardadas.

Impõe-se que não se pense unicamente que as culpas provêm de erros humanos. É necessário de uma vez por todas, ter-se conhecimento da situação real das acções que podem conduzir à reposição da segurança necessária e indispensável.

A minha experiência como ex-Ministro da tutela dos Transportes, da qual não ejeito responsabilidades, permite-me apontar parte do diagnóstico elaborado então, o qual conduziu à feitura do contrato de viabilização da CP, bem como de um contrato de gestão responsabilizador da sua administração. Um ano decorrido, por falta de implementação do referido contrato de gestão, mantém-se actual e agravada parte do diagnóstico que passo a referir: a CP apresenta como principais características da completa degradação a que chegou, as seguintes:

Na área da gestão global: ausência de uma definição clara de objectivos que permita minimamente estabelecer políticas estratégicas de actuação e possa orientar a definição da estrutura organizacional.

Na área da produção: a rede explorada tem mais de um século, encontra-se perfeitamente desajustada em relação às necessidades quantitativas e qualitativas do serviço público e apresenta insuficiências de toda a ordem e características técnicas obsoletas; o parque de material é excessivamente velho e insuficiente, com situações próximas do nível de rotura, frequentemente inadequado à tipologia do serviço prestado e sem versatilidade compatível com os tráfegos modernos e vocacionais; as infra-estruturas são velhas e inadequadas: 80% das estações estão ainda dotadas de sistemas de sinalização mecânica do princípio do século e têm sistemas de controle de circulação exclusivamente baseados na acção humana, o sistema de telecomunicações é obsoleto e de reduzida fiabilidade e o número de estações é excessivo e inadequado às condições modernas de exploração.

Na área do pessoal: o clima social é mau: arrastamento de negociações, atrasos nos pagamentos de salários, etc.; a idade média do pessoal é bastante elevada (43 anos) e a sua qualificação insuficiente; as carreiras profissionais encontram-se mal definidas, ainda não foi feito um estudo de análise e qualificação de funções, não existem sistemas de avaliação do desempenho e a legislação de trabalho não é adequada às condições de prestação de trabalho ferroviário.

Na área do planeamento: a empresa tem vivido, nos últimos dez anos essencialmente, dominada pelo curto prazo. A indefinição de objectivos tem impossibilitado a elaboração de planos a médio prazo que orientem a gestão global.

Foi elaborado um plano estratégico, em que se previa redimensionar e reconverter a actividade da empresa no sentido de potenciar o seu processo produtivo, desenvolvendo o tráfego de passageiros de longo e médio cursos, os tráfegos organizados de mercadorias e a oferta de transporte suburbano, por forma a responder à procura, reduzindo o serviço regional de passageiros e o serviço de mercadorias de retalho. Esta política visava rendibilizar a empresa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A calamidade e o pesar que esta catástrofe infligiu a esta Assembleia e a todo o povo português obriga a que o Governo apresente à Nação, através desta Assembleia, o programa de recuperação e a sua metodologia, que nos mostre claramente o acordo de saneamento económico-financeiro em curso e para o futuro; bem como o contrato de gestão com os gestores da empresa, onde o desempenho da gestão seja aferido no final de cada ano, permitindo que, no fim do exercício social, se faça o balanço pelos resultados da actividade desenvolvida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Resta-me finalizar, como iniciiei, dizendo que o Partido Socialista se associa à manifestação de pesar pelo luto que atingiu as famílias das vítimas e o povo português em geral, esperando que o voto da dúvida dado ao Governo seja em breve respondido pela afirmativa, apresentando a esta Assembleia o programa de recuperação temporal e a respectiva metodologia, de que sobressaia a solução pretendida para os problemas de fundo da CP e em especial do seu pessoal, de tal modo evidenciando as condições de segurança que permitem, de uma vez por todas, retirar-se a culpa àqueles que são uma autêntica família, os que mais têm dado e continuam a dar do seu esforço e das suas horas de descanso, porque são aqueles que mais lutam pelas melhorias de utilização — o pessoal —, o menos reconhecido, o mais esquecido e que continua a ser o mais culpabilizado.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Ainda para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Cavaleiro Brandão.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do CDS associa-se, do fundo do coração, ao voto que acaba de ser votado.

Em todo o caso vale a pena sublinhar que nesta matéria as palavras são quase inúteis, e são quase inúteis porque são, talvez, demasiado fáceis.

Acabamos de ouvir a declaração de voto feita por um antigo Ministro dos Transportes...

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ..., e quase poderia parecer que nada teve a ver com a CP e que da sua ação alguma coisa de positivo teria resultado para uma alteração de circunstâncias e de funcionamento da Companhia.

Aplausos do CDS e do PSD.

Um facto é iniludível: a CP é a companhia ferroviária europeia com maior índice de sinistralidade.

Há que ultrapassar as palavras, e tenho o gosto de anunciar à Assembleia da República, como uma das conclusões das jornadas parlamentares do Grupo Parlamentar do CDS, hoje encerradas, a apresentação na Mesa de uma proposta de inquérito às condições em que a CP vem funcionando e às consequências que, em matéria de segurança, advêm para os utentes e para o público em geral desse mesmo funcionamento.

Aplausos do CDS.

O Sr. Rosado Correia (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para formular um protesto.

O Sr. Presidente: — Não pode, Sr. Deputado.

O Sr. Rosado Correia (PS): — Sr. Presidente, peço; então, para usar da palavra em defesa da honra.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Rosado Correia (PS): — Quero chamar a atenção do Sr. Deputado Cavaleiro Brandão para o facto de não saber que existe um contrato de viabilização e de gestão para a CP. Não temos culpa, após mais de um ano de termos saído do Governo, que ele não esteja a ser implementado, dado que foi executado na altura própria.

Peço, pois, ao Sr. Deputado que o solicite e o leia para dele tomar conhecimento e assim se poder referir correctamente à gestão do governo anterior e em especial à minha gestão pessoal.

O Sr. Borges de Carvalho (Indep.): — Então e os maquinistas?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Cavaleiro Brandão.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Se os problemas da CP pudessem ser resolvidos com contratos de viabilização, era possível que as consequências dessa recuperação fossem diferentes.

O que é provável é que o contrato de viabilização congeaminado na parte final do mandato de hoje Sr. Deputado e então Sr. Ministro Rosado Correia não serve para apagar aquilo que não fez enquanto foi efectivamente ministro e menos serve ainda para apagar aquilo que de mal fez no âmbito da CP.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. António Vitorino (PS): — Não sabe o que é um contrato de viabilização.

O Sr. Presidente: — Ainda para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Mota.

O Sr. António Mota (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCP, associando-se a este voto de pesar, lamenta o recente acidente ferroviário que ocorreu na Póvoa de Santa Iria, no passado dia 5, e envia as sentidas condolências às famílias enlutadas e deseja um rápido restabelecimento aos feridos.

Este acidente ferroviário exige que seja feito rigoroso inquérito e dele seja dado conhecimento público.

Importa aqui salientar o abandono a que os caminhos de ferro têm sido votados no nosso país no últimos 60 anos, tendo conduzido a uma degradação das condições de segurança que só por si multiplica a probabilidade da ocorrência de acidentes com a gravidade dos que se registaram nos últimos oito meses, começando a ser uma aventura viajar-se de comboio.

Nestas condições, torna-se difícil evitar a ocorrência de acidentes tão graves como o que agora ocorreu, e torna-se fácil escamotear o fundo da questão, descobrindo-se falhas humanas que se tornam inevitáveis quando as condições estão criadas para que elas aconteçam.

O custo destes acidentes é muito superior aos investimentos que já deveriam ter sido feitos na modernização do sistema de segurança e controle da circulação ferroviária, que já por várias vezes têm sido levantadas, quer pelas organizações de trabalhadores, pela comunicação social e, aqui na Assembleia da República, através de intervenções feitas pelo meu grupo parlamentar.

Por estas razões, o Grupo Parlamentar do PCP deseja mais uma vez manifestar o seu pesar às famílias enlutadas e exige do Governo e do conselho de gerência da CP que sejam conhecidos com rapidez e rigor os inquéritos realizados para o apuramento das responsabilidades, no sentido de que acidentes como estes não voltem a ocorrer no nosso país.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Finalmente, para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Abílio Rodrigues.

O Sr. Abílio Rodrigues (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Associamo-nos, obviamente, ao voto de pesar acabado de aprovar nesta Assembleia da República.

Queríamos só chamar a atenção para três pequenos aspectos.

O primeiro é que estamos, evidentemente, com os familiares das vítimas do desastre ferroviário e associamo-nos, de todo o coração, à sua dor.

Estamos com a família ferroviária, que certamente sentiu, e sente sempre, na carne estes acidentes.

Finalmente, estamos com todas as reflexões sobre a segurança ferro e rodoviária sem demagogias, mas antes com todo o sentido construtivo e responsável.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nas primeiras horas do passado dia 28 de Abril, os primeiros sinais alarmantes de níveis anormais de radioactividade ambiente foram registados em países do Norte da Europa, tais como a Suécia, a Noruega, a Finlândia e a Dinamarca. Muito rapidamente, o Governo Sueco chegou à conclusão de que a nuvem radioactiva detectada era, muito provavelmente, proveniente de um acidente de grandes proporções registado numa central nuclear, que, conforme a orientação dos ventos indicava, se localizaria no interior da União Soviética.

O embaixador sueco em Moscovo procurou, durante todo esse dia, junto das autoridades soviéticas, a confirmação e a informação sobre a amplitude e as características do acidente, obtendo apenas a negação pura e simples de que tal acidente tivesse ocorrido.

Ao fim de um dia, em que circularam na informação internacional as mais desencontradas especulações e alarmes, as autoridades soviéticas emitiram um primeiro e curto comunicado em que se admitia a ocorrência de um acidente, na central de Tchernobyl, 150 km a norte de Kiev, e se afirmava, tranquilizadamente, estar a situação sob controle.

Todavia, o dia seguinte veio demonstrar que não era já possível sustar a onda de alarme que por toda a Europa se instalava, de mistura com a preocupação de

imediatamente se tomarem medidas preventivas dos efeitos de uma ocorrência da qual, em rigor, pouco se sabia, nem sobre o momento em que eclodira nem sobre se de facto estaria já controlada. Notícias completamente contraditórias surgiram sobre um número eventual de vítimas.

Um novo comunicado da Tass, na tarde de 29, veio levantar um pouco do véu que encobria os acontecimentos. Dele se podia já depreender que um dos reactores da central tinha sido danificado, que a explosão tinha destruído parte da central e, fundamentalmente, que o acidente ainda não tinha sido debelado. Rapidamente se pôde chegar à conclusão de que a fusão do núcleo do reactor tinha originado um incêndio que continuava a alimentar uma extensa nuvem radioactiva, que por essa altura atingia já vários países da Europa Central, tais como a Alemanha, a Polónia e a Checoslováquia, e que simultaneamente os índices de radioactividade continuavam a aumentar, atingindo em alguns casos 500 vezes a radioactividade normal. Ao mesmo tempo que o Governo Soviético pedia a ajuda ocidental para debelar o incêndio e assistir as vítimas, alguns países limítrofes, como a Polónia, tomavam extensas medidas de defesa civil de prevenção dos efeitos sobre as pessoas e sobre a produção agro-pecuária. Os seis dias seguintes, que foi quanto demorou a debelar o incêndio, foram animados por uma série de informações, e de debates, que percorreu a generalidade dos grandes órgãos de comunicação e informação da Europa, suscitando posições dos governos e conferindo uma inédita repercussão internacional a um acidente deste tipo.

É dentro desta perspectiva que se justifica que o assunto seja trazido a esta Assembleia, à imagem do que sem dúvida acontecerá um pouco por toda a parte.

É para que tal debate ocorra que esta intervenção procura contribuir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se pretende, com esta intervenção, alimentar posições de um linear e primário antinuclearismo nem, a esta distância, o envolvimento em querelas especulativas sobre o exacto número de vítimas e a extensão do desastre, que o secretismo envolvente, aliás, suscitou e encorajou. Pode até acontecer que as vítimas de imediato provocadas sejam em número não superior ao registado em acidentes de outro tipo, mais frequentes, dos quais nós, Portugueses, tivemos há dois dias uma trágica experiência.

O que se pretende, da nossa parte, é sublinhar algumas constatações que não poderão deixar de conduzir a conclusões da máxima importância.

A primeira constatação é a de que fica doravante demonstrado que não há acidentes nucleares estritamente nacionais e que a transnacionalidade dos seus efeitos, e dos prejuízos causados, confere aos países que desenvolvem programas nucleares responsabilidades internacionais.

Com efeito, deve concluir-se que os critérios de segurança adoptados devem ser fixados à luz de uma responsabilidade também assumida para com os outros países, que a transparência e a circulação da informação devem ser exigidas e que o encobrimento de acidentes e das condições em que ocorrem devem ser severamente condenados pela comunidade internacional.

O Sr. Borges de Carvalho (Indep.): — Muito bem!

O Orador: — A esta luz, o facto evidente de o acidente só ter sido oficialmente noticiado após os países que lhe sofreram já os efeitos terem energicamente protestado contra o silêncio dos responsáveis soviéticos...

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ... deve ser explicitamente referido e verberado. Assim fizeram as autoridades do ambiente dos países escandinavos, bem como o director executivo do programa da ONU para o ambiente, e o comissário do ambiente da CEE criticou, por sua parte, aquilo que qualificou como a «irresponsabilidade» das autoridades da URSS, a quem acusou de ter «infringido os seus deveres com respeito ao direito internacional».

Eis uma questão a que os representantes do povo português não deveriam, pensamos, ficar alheios. Não haverá quem negue a importância desta questão para um país que tem como vizinho outro que desenvolve o seu próprio programa nuclear.

Outra constatação importante é a que decorre do modo como se desenvolveram as reacções, sobretudo na Europa Ocidental, a este acidente. O que mais tem sobressaído para a generalidade dos observadores tem sido a prudência — é o mínimo que se pode dizer — com que alguns dos partidos ecologistas, também chamados «Verdes», têm exprimido as suas posições, em especial quando comparada com a exuberância com que se manifestaram, debateram, condenaram, a propósito de acidentes registados em outros países — porventura de efeitos menos graves, em especial para a Europa — esses sim ampla e prontamente noticiados, abundantemente referidas as medidas tomadas para os debelar e publicamente discutidas as suas consequências, para já não falar nas paragens que provocaram no desenvolvimento de programas nucleares.

O Sr. Borges de Carvalho (Indep.): — Muito bem!

O Orador: — Não mais será a mesma a credibilidade de alguns desses movimentos e sobre esses ficará a impender a ideia de que a sua preocupação estará condicionada por razões de orientação política e ideológica.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Nem sequer os desenvolvimentos teóricos de alguns ecologistas, segundo os quais o modo concentrado de produção nuclear de energia está intimamente associado ao desenvolvimento de sociedades concentracionárias e totalitárias, com fortes e crescentes limitações às liberdades, em particular a liberdade de informação, encontraram a propósito deste caso motivos adicionais de reflexão.

Talvez que, no caso português, este acidente venha a contribuir para que o necessário debate público sobre o controle democrático das opções tecnológicas se possa desenvolver desrido de subjectividades ideológicas e de suspeitas de orientação política preconcebida, a benefício da objectividade imprescindível com que essas opções deverão ser encaradas.

Foi também por isso que julgámos oportuna e necessária esta intervenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos em presença do maior desastre nuclear da história. Houve fusão do núcleo e uma libertação anormal de radioisótopos, os países directamente afectados ultrapassam a dezena, os

danos provocados nas pessoas, na agricultura, na cadeia alimentar, prolongar-se-ão por muito tempo. A generalidade dos países europeus não directamente afectados, com a notável excepção portuguesa, tomou imediatas medidas de controle e limitação da entrada de pessoas e bens provenientes das áreas em desastre. Em alguns países a radioactividade continua a aumentar. A recente cimeira de Tóquio adoptou uma convenção de segurança que não podemos deixar de considerar.

Já várias vezes se falou do nuclear neste Parlamento. Bem estranho seria que o comportamento que cala alguns e o silêncio pusilâme de outros nos atingisse a todos, e que sobre este caso reinasse entre nós o silêncio.

Aplausos do CDS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Sousa Pereira.

O Sr. António Sousa Pereira (PRD): — Sr. Deputado Manuel Queiró, sem subestimar a importância do acidente de Tchernobyl, gostaria de saber se o Sr. Deputado considera suficientes as informações que o Governo Português tem dado sobre os acidentes que se têm registado na central de Almaraz, com consequente lançamento de despojos radioactivos ao rio Tejo, e se sabe que medidas têm sido tomadas para prevenir essa situação.

É tudo, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, não há mais pedidos de esclarecimento?

O Sr. Presidente: — Não há não, Sr. Deputado. Risos.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Deputado António Sousa Pereira, julgo poder depreender-se que um dos motivos da minha intervenção era o de, justamente, alertar para o necessário comportamento que todos os governos — e no caso o Governo Português — devem ter para com os efeitos, dentro do próprio território, de acidentes nucleares, limitados ou não, registados noutros países.

Inclusivamente, referi na minha intervenção que um dos motivos principais dessa preocupação é o facto de sermos vizinhos de Espanha, que desenvolve o seu próprio programa nuclear.

O caso que refere veio noticiado, há pouco mais de uma semana, na imprensa, julgo eu, a propósito de medições que a EPAL estaria a fazer nas águas do Tejo, que registariam um aumento inesperado da radioactividade, deduzindo daí que isso só poderia provar de uma central nuclear espanhola localizada junto do Tejo. É evidente que considero — e também referi isso na minha intervenção — que o Governo Português não tem dado as necessárias explicações à opinião pública no sentido de se saber, além do mais, se tem diligenciado junto do Governo Espanhol para obter as necessárias informações e se estas foram dadas. Evidentemente que isso também nos preocupa e é uma das consequências do debate que pretendemos provocar.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Gonçalves.

A Sr.ª Ana Gonçalves (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi no dia 1 de Maio que os trabalhadores, em festa, comemoraram o 1.º centenário sobre os acontecimentos de Chicago.

Desde essa data muitos e decisivos passos têm sido dados na conquista de direitos e regalias sociais por parte dos trabalhadores.

Em Portugal, como em outros países, a crise económica não propiciou, nos últimos anos, a criação de melhores condições de trabalho e de bem-estar social. Justo será realçar o comportamento dos trabalhadores portugueses. Foram eles os mais atingidos. Foram eles que viram a parcela do rendimento nacional correspondente ao trabalho de novo diminuir e foram também eles que suportaram reais reduções do seu poder de compra.

E são ainda os trabalhadores que suportam o desemprego crescente, para eles próprios e para os seus filhos.

É neste quadro que veio inserir-se uma nova e insólita situação: a da existência de trabalhadores que, continuando as suas tarefas, não recebiam por elas remuneração.

A questão dos salários em atraso era, assim, questão prioritária.

No Portugal novo que é o nosso, quem não sentia, como questão primeira de solidariedade que aos outros devemos, que ela não podia continuar no silêncio ou na indiferença ou na futura bondade de soluções de fundo que não chegaram?

E não chegaram, mesmo quando a fome chegou.

Nem por assim ser deixou de ser gratificante que, no 1.º de Maio deste ano, as duas centrais sindicais tenham saudado a Assembleia da República por ter votado uma lei.

Num momento em que o Parlamento é tantas vezes criticado e nem sempre com justiça ou intenção democrática, é para nós particularmente importante que sejam os trabalhadores a saudar o Parlamento e as suas iniciativas.

Vozes do PRD: — Muito bem!

A Oradora: — Isto significa necessariamente, e em termos democráticos, que o Parlamento tem não só a representatividade que lhe vem do voto, mas tem a representatividade acrescida que lhe advém pelas opções que merecem o aplauso dos trabalhadores portugueses.

Não serão os trabalhadores portugueses a parte melhor do nosso ser colectivo?

Quem, como nós, entende que democracia é o assumir por um povo das responsabilidades do seu próprio destino, e por isso aqui somos representantes de quem nos elegeu, não é indiferente que seja esse mesmo povo a julgar as nossas acções e a considerá-las boas.

Por nossa parte, agradecemos que se tenham lembrado de nós. E diremos aos trabalhadores portugueses que, sempre, a Assembleia da República será expressão e voz dos Portugueses.

Tal é a nossa responsabilidade, mas também a dignidade que assumimos.

É por assim ser que foi com perplexidade que ouvimos a semioficial Radiotelevisão Portuguesa comunicar aos Portugueses que o Secretário de Estado para os Assuntos Parlamentares teria dito que o Governo

encarava a hipótese de não executar a lei sobre salários em atraso, aprovada na Assembleia da República, por considerar que ela gerava aumento de despesas.

Desde essa informação temos aguardado, calmamente, que no mesmo órgão de informação o Governo, pela voz do citado ou de qualquer outro seu elemento, aparecesse a desmentir tal notícia.

Até agora nenhum responsável do Governo reagiu. Julgamos pois que uma situação destas não pode passar sem um comentário.

O nosso comentário, com simplicidade e naturalidade o faremos, traduz-se no seguinte: relembrar ao Governo algo que frequentemente tende a ignorar — o Governo depende da Assembleia da República.

Constitucionalmente é assim. Politicamente também é assim.

Por isso, o Governo não é nem pode arvorar-se em juiz das deliberações da Assembleia da República, que exclusivamente lhe cumpre executar.

Vozes do PRD: — Muito bem!

A Oradora: — O Sr. Ministro das Finanças, aquando da discussão do Orçamento do Estado, disse aqui, neste Hemiciclo, que para mudar a política do Governo era preciso haver eleições.

Talvez seja útil relembrar ao Governo que uma Assembleia da República é que só muda através de eleições.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mas o mais importante e entristecedor — e ouso mesmo dizer: o mais chocante — é que, numa matéria em que todos reconhecemos a gravidade da situação, unanimemente qualificada como inaceitável, sejam agora invocados argumentos de ordem financeira, nem sequer muito claros, num campo em que é a justiça que está em causa.

Sobretudo porque não temos dúvidas, e dissemos-lo na declaração de voto proferida no dia 30 de Abril, que os encargos surgem por conta daqueles que, podendo, não resolveram o problema a tempo e horas, e como alguém dizia «a falta de coragem de um tempo paga-se, e paga-se com juros, tempos depois».

Tendo deixado degradar-se a situação até atingir o actual nível de grandeza, difícil seria que não resultasse do diploma encargos orçamentais importantes.

Mas que não haja dúvidas: não fomos, relativamente à substância do diploma, tão longe quanto, em abstrato, seria desejável, restringindo-nos aos limites do possível. Tranquila e convictamente afirmamos que tentámos moderar o mais possível os encargos sem pôr em causa direitos mínimos, nomeadamente o direito à subsistência.

Foi dito ainda na declaração de voto que a proteção dispensada pelo diploma aos trabalhadores com salários em atraso se consubstancia em soluções mínimas, pois tivemos em atenção fundamentalmente dois aspectos: primeiro, não pode nem deve o Estado substituir-se às empresas e às pessoas no cumprimento das obrigações que só a elas cabe cumprir. Em segundo lugar, os recursos do Estado, porque escassos, devem ser preferentemente aplicados na criação de novos empregos e novas oportunidades, em detrimento da manutenção de situações, algumas delas sem qualquer hipótese de sobrevivência e em que o arrastamento de certas soluções contribui para nos manter na ilusão de que tudo vai bem.

Aprovámos um diploma conscientes de que não era o melhor, não era perfeito, era sim o possível.

As soluções democráticas nunca são intransigentes, já que democracia corresponde a respeitar as parcelas de verdade que existem nas posições alheias, por isso aceitamos críticas que de boa fé sejam feitas ao diploma.

Mas não aceitamos, de forma alguma, críticas feitas por aqueles que, invocando sistematicamente a posse da razão, se recusem a tentar encontrar melhores soluções, porque convencidos de antes terem descoberto receitas que, por mais ineficazes que na prática se tenham revelado, continuam a considerar como ideais.

Louvámos na altura devida a primeira tentativa de resolver os salários em atraso, traduzida no Decreto-Lei n.º 7-A/86, da iniciativa do Governo.

Mas os seus dispositivos revelaram-se insuficientes, dada a pouca receptividade que obteve.

E talvez o ficássemos também agora a saber, porque de duas uma: ou o Governo produziu um diploma que não dava origem a despesas e, se isso explica a sua reacção actual, deixa por explicar a sua actuação anterior; ou é a reacção que é despropositada, considerando como séria a actuação anterior do governo e, por isso mesmo, também ele gerador de despesas e, por isso, orçamentadas.

Como realismo sempre dissemos que não é com leis que se resolve o problema, mas sim com a retoma da actividade económica, o relançamento de investimento e o aumento da produção. A lei será sim um paliativo para uma situação que só com medidas de fundo poderá ser sanada.

É quase ridículo repeti-lo, mas se o faço é porque há quem insista em ignorá-lo, acusando-nos de julgarmos resolver tudo milagrosamente com esta lei.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não fomos, repito, efectivamente tão longe quanto em abstracto seria deseável, restringimo-nos aos limites do possível.

Gostaríamos pois, pelos trabalhadores atingidos, que o Governo encontrasse os meios necessários para resolver esta situação, sabendo que para isso contaria com a disponibilidade da Assembleia da República.

Pela nossa parte, Grupo Parlamentar do PRD, estamos dispostos a encontrar fórmulas de compensar as despesas necessárias neste sector, inclusivamente e, se necessário, introduzindo cortes noutras despesas.

Estamos certos, contudo, de que tal não será necessário, porque temos um Primeiro-Ministro que criticou duramente a descida do preço da gasolina por considerar que essa medida não tinha a atenção prioritária pelos mais desfavorecidos. Por isso, certamente, o último dos sacrifícios que exigirá é o dos trabalhadores que estão há meses sem receber o salário a que, pelo seu trabalho, têm direito.

Este é o momento em que os actos são o que conta: confirmado ou desmentido a força só aparente das palavras. O desafio é o de que as acções correspondam às palavras.

Ou seja, o desafio de coerência e de verdade.

Aplausos do PRD, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho, para uma declaração política.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Duas breves palavras evocativas da memória do Sr. Prof. Carlos Alberto da Mota Pinto.

Faz hoje um ano que o País ficou enlutado com o desaparecimento inesperado e prematuro de um homem íntegro, simples e bom, que se distinguiu, designadamente, na política e na universidade que serviu.

Como homem de Estado, entregou-se com todo o seu saber e entusiasmo às altas funções que desempenhou no Governo, no Conselho de Estado e nesta Assembleia da República, que muito prestigiou com a sua palavra e a sua acção, designadamente como líder da bancada parlamentar do Partido Social-Democrata.

Militante do PSD, desempenhou as mais elevadas funções no partido, de que foi líder nos anos de 1983 e 1984. Independentemente das divergências internas que então ocorreram (facto que é salutar e normal num partido democrático), creio firmemente que Mota Pinto sempre se orientou, nas horas difíceis da decisão, com os valores que têm a sua matriz directa nos ideais do patriotismo, da democracia, do progresso, da justiça social, da modernidade e da tolerância.

Professor catedrático muito prestigiado aquém e além fronteiras, deixou na Academia de Coimbra e na Universidade Católica de Lisboa muitos amigos entre alunos e docentes e uma obra científica de inegável valor e por todos reconhecida.

Mais do que tudo isso, importa-nos hoje evocar o homem e o amigo nas horas boas e nas horas más. É com um sentimento de profunda saudade que, em nome da bancada social-democrata, aqui deixo estas singelas palavras de homenagem a Carlos Alberto da Mota Pinto.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Vitorino.

O Sr. António Vitorino (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Rigorosamente pedi a palavra para que, sob a forma de pedido de esclarecimento, a bancada do Partido Socialista se associe à evocação da memória do Sr. Professor Carlos Alberto da Mota Pinto, que acaba de ser feita pelo Sr. Deputado António Capucho.

Os socialistas tiveram ocasião de conviver com o Sr. Prof. Mota Pinto em múltiplas circunstâncias da vida política passada e recente do nosso país, designadamente experiência governativa que durante ano e meio levámos a cabo com o Partido Social-Democrata. Guardamos a melhor das recordações do Prof. Mota Pinto.

Foi com surpresa que tomámos conhecimento, faz hoje precisamente um ano, de que a morte o havia arrebatado do nosso convívio de forma tão prematura e tão inesperada.

O Prof. Mota Pinto foi não só o companheiro político dos socialistas, mas também um homem de cultura, um homem de saber e — permitam-me essa evocação especial — um insigne jurista que muito contribuiu para o estudo do Direito em Portugal.

Neste momento, o Grupo Parlamentar do PS associa-se, com profunda sinceridade, à evocação da memória desse grande português que foi o Prof. Mota Pinto.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Vasconcelos.

O Sr. José Carlos Vasconcelos (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome da bancada do Partido Renovador Democrático queria igualmente, sob a forma de pedido de esclarecimento, associar-me às palavras do Sr. Deputado António Capucho e à lembrança pesarosa da morte do democrata e do patriota que foi Carlos Alberto da Mota Pinto.

Carlos Alberto da Mota Pinto teve uma acção política relevante, foi um democrata desde antes do 25 de Abril — como tal o conheci nos meus tempos de estudante em Coimbra — e teve uma acção significativa nesta Câmara de que é, digamos, o padrinho, pois foi ele que sugeriu o nome da Assembleia da República, como todos sabemos.

Obviamente, muitos de nós — e ele próprio — tivemos, muitas vezes, grandes discordâncias com a sua acção política. Eu próprio, como jornalista, tive, frequentemente, posições frontais de discordância com posições suas — entre democratas que se respeitam isso é normal e salutar —, mas isso nunca pôs em causa o respeito mútuo. Por essa razão me sinto mais à vontade para o evocar e para me associar a esta homenagem.

Em nome do Partido Renovador Democrático — e permita-se-me, no meu próprio — associo-me, pois, comovidamente, a esta homenagem a Carlos Alberto da Mota Pinto.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria, em nome da minha bancada e em meu nome pessoal, sublinhar que, para nós, o Sr. Prof. Mota Pinto deixou uma marca pessoal na vida pública portuguesa, marca essa que tinha mais a ver com uma seriedade, com uma honestidade e até com uma fidalguia de atitudes do que, propriamente, com uma grande apetência pelos jogos políticos em que nos encontramos todos mergulhados.

Era essa fidalguia de atitudes e essa seriedade que nos fazem afirmar que, mais de um partido, foi a democracia portuguesa que perdeu um homem público de primeira categoria.

Aplausos do PSD, do PS, do PRD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também a bancada do PCP se quer associar a esta manifestação de respeito pela memória do Prof. Carlos da Mota Pinto.

Foi um colega das lides parlamentares com quem pessoalmente trabalhei desde a instalação da Assembleia Constituinte. Foi um adversário que combatemos nas batalhas democráticas com grande veemência — como é conhecido — mas também com grande respeito, tal como agora, passado um ano, recordamos a sua memória.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, agradeço, em nome da minha bancada, as palavras das demais bancadas parlamentares em associação à evocação da memória do Prof. Mota Pinto.

Se me permite, Sr. Presidente, faço também uma interpelação à Mesa: porque, por um lado, decorre hoje em Coimbra, com a presença de SS. Ex.^{as} o Sr. Presidente da República, o Sr. Presidente da Assembleia da República, de membros do Governo e ainda de uma numerosa delegação de deputados sociais-democratas, uma sessão de homenagem ao Sr. Prof. Mota Pinto e, por outro, porque às 19 horas e 30 minutos terá lugar, em Lisboa, uma missa por sua alma, queria solicitar à Mesa que consultasse as bancadas parlamentares no sentido de saber se veriam algum inconveniente em que a sessão de hoje, excepcionalmente, encerrasse às 19 horas, com prejuízo do intervalo.

Solicitaria, ainda, Sr. Presidente, que a votação na generalidade da proposta de lei e do projecto de lei sobre incêndios florestais fosse adiada para amanhã às 18 horas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Capucho, a Mesa não vê inconveniente que a votação da proposta de lei e do projecto de lei sobre incêndios florestais seja adiada como solicitou. Quanto à outra questão, como não há objecções das outras bancadas, fica assente que assim se fará: não haverá intervalo e a sessão terminará às 19 horas.

Anuncio, entretanto, que o Sr. Presidente da Comissão de Regimento e Mandatos convoca os Srs. Deputados que fazem parte desta Comissão para uma reunião que se realiza na sala n.º 250-A, no próximo dia 7 de Maio, às 17 horas.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Anteontem à noite a televisão anunciou ao País esta coisa clamorosa: o Governo pode recusar-se a cumprir a lei de combate aos salários em atraso aqui aprovada na passada quarta-feira. Sr. Presidente, se assim é, o Governo deve vir a esta Assembleia, hoje mesmo, para, de viva voz e de olhos nos olhos, ditar para a acta o desafio institucional que anteontem correu a fazer fora deste hemiciclo! É inteiramente legítimo (embora tristemente revelador) que o Governo pense o pior sobre a lei que aqui aprovámos para atacar o flagelo dos salários em atraso. Sucedeu, porém, que ela teve apenas o solitário e o isolado voto contra da bancada governamental. Seria uma verdadeira aberração antidemocrática que esse voto isolado, minoritário, se convertesse em voto para obstruir, durante algum tempo, a aplicação de uma lei que tardou tanto e é urgente, além de equilibrada, sensata e inteiramente necessária.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É certo que o Primeiro-Ministro acaba de declarar ao jornal *Guardian* que, para o Governo, os salários em atraso vieram para ficar nos próximos dois anos. Não pensamos assim. E queremos declarar, terminantemente, que, estando em causa minorar, com urgência, o sofrimento de milhares de trabalhadores que não recebem salário, combateremos — até ao extremo limite das nossas possibilidades — quaisquer

tentativas de converter a questão dos salários em atraso num instrumento de chicana, intoxicação e guerrilha institucional.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não nos deixaremos enredar na incrível alegação de que a lei não pode ser aplicada porque o proibiria a chamada «lei travão». Em Bizâncio debatia-se o sexo dos anjos com o perigo à porta. Aqui, pela nossa parte, não discutiremos o sexo da «lei travão» quando, lá fora, há fome nas bocas dos meninos cujos pais e mães têm salários em atraso.

É essa a inconstitucionalidade maior de todas. É a ela que queremos pôr cobro.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É verdade que aprovámos a lei quando já estava em vigor o novo Orçamento do Estado. Pois é. É um facto (aliás esse facto foi tão desejado pelo PSD que um dia se saberão todas as vergonhosas delongas que usou para o obter).

Mas é também um facto que a lei prevê seis, muito diversos, tipos de medidas.

Prevê medidas de inventariação e de viabilização, privilégios creditórios, dispositivos de defesa habitacional, incluindo a suspensão de despejos, protecção fiscal de emergência, garantia da Segurança Social dos trabalhadores e medidas de protecção pecuniária transitória para os trabalhadores com salários em atraso.

Invocar o artigo 170.º, n.º 2, da Constituição, para incumprir, em bloco, esta lei complexa seria inimaginável e, isso sim, abertamente inconstitucional. Para a incumprir em parte seria uma afronta impensável aos milhares de trabalhadores com salários em atraso. A opção é esta — e não outra —, assuma-a o Governo abertamente e sem cortinas de fumo.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Muito bem!

O Orador: — Há 7 milhões de contos no Orçamento do Estado para resposta ao flagelo dos salários em atraso. Com esse dinheiro o Governo dispunha-se a indemnizar despedimentos de dezenas de milhares de trabalhadores com salários em atraso, nos termos do Decreto-Lei n.º 7-A/86. Será que vai recusar-se a reafectar essa verba para subsidiar trabalhadores nos termos da nova lei?

Se se recusar, que fique claro que não é a «lei travão» que o obriga a tal! Há 7 milhões de contos disponíveis. Só uma monstruosa vontade política poderá impedir o Governo de não reafectar, de imediato, essa verba ou de recorrer ao Tribunal Constitucional (medida, aliás, chicaneira e morosa de muitos meses!).

Cabe ainda um alerta final, Srs. Deputados: se o Governo insistisse na recusa de cumprimento total ou parcelar da lei — e tudo faremos para que tal não suceda! —, isso, que se deveria apenas à sua vontade política, significaria para milhares de trabalhadores mais um semestre de espera, mas não mais do que isso. Fim do período, esta Assembleia teria o direito e todo o dever de propor, aprovar e impor de imediato ao Governo o pagamento, retroactivo a 30 de Abril, de todas as prestações pecuniárias boicotadas.

O Sr. António Mota (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O boicote governamental seria assim um boicote transitório, ultrapassável e ultrapassável com juros. Mas esses juros não pagariam o sofrimento de meses e é esse sofrimento que queremos, acima de tudo, evitar.

Nesse sentido, apelamos à urgente conjugação de esforços de todos os partidos que viabilizaram a lei e exigimos do Sr. Primeiro-Ministro a frontal clarificação da posição governamental quanto ao seu cumprimento.

Acabo de falar-vos da inexecução de uma lei muito importante.

As mais recentes actuações governamentais exigem, porém, que alertemos a Câmara para uma outra táctica de desafio institucional a que o Governo presentemente recorre e a que a Câmara não pode ser indiferente. Essa táctica traduz-se naquilo a que se poderá chamar a execução perversa de leis da Assembleia da República. Está a manifestar-se, sobretudo, no tocante aos combustíveis para as Forças Armadas e às regiões autónomas. O Governo está tão sectariamente empenhado no combate à Assembleia da República e ao Orçamento aqui aprovado que — em vez de velar pela «boa execução» dessa lei, como lhe cabe nos termos do artigo 202.º da Constituição — se tem afadigado a encontrar-lhe as piores e mais absurdas interpretações e danosas consequências, completamente excluídas pelo legislador, impostas pelo Governo não no seu mas em nosso nome.

Quero declarar que consideramos particularmente condenável a campanha de intoxicação tendente a inculcar que o novo regime geral de venda de preços de combustíveis, decorrente do Orçamento do Estado aqui aprovado, seria susceptível de afectar a segurança interna e a defesa nacional.

É inteiramente falso! Do regime geral aprovado pela Assembleia da República não decorre revogação dos regimes de preços especiais em vigor. Lei geral não revoga lei especial, salvo disposição expressa — como toda a gente sabe! —, o que preserva os regimes especiais dos combustíveis utilizados pelas Forças Armadas, pelas forças de segurança, pela Cruz Vermelha e pelos bombeiros.

Que fique claro que, se o Governo entender acabar com esses regimes especiais, isso resultará exclusivamente da sua vontade política e nunca do Orçamento do Estado, como fontes governamentais querem fazer crer.

Nesta matéria são de repudiar firmemente três aspectos da acção governamental.

Em primeiro lugar, a tentativa de endossar à Assembleia da República decisões que o Governo tomou por sua conta e risco mas parece não querer assumir. Meus senhores, não brinquem com coisas sérias e, sobretudo, não briquem com as Forças Armadas!

Em segundo lugar, é de acentuar a inépcia e o atraso governamental no equacionar dos esquemas de fornecimento de combustíveis para as Forças Armadas e para as forças de segurança.

Em terceiro lugar, é de censurar a falta de transparência imprimida pelo Governo a todo o processo, num momento em que as Forças Armadas sentem agudas carências, para cuja resolução o Governo não contribui, como assinalam até, com alarme, alguns alvoroçados observadores das hostes governamentais.

Face a esta complexa situação, o PCP proporá que o Sr. Ministro das Finanças transmita à Comissão de Economia, Finanças e Plano e com ela debata, circunstancialadamente, todos os elementos necessários à urgente

clarificação da forma adequada de execução, neste aspecto, do Orçamento do Estado para 1986, para completa salvaguarda dos interesses da defesa nacional e da segurança pública.

Outro tanto proporemos quanto à alteração perversa do regime especial de preço de venda ao público de combustíveis na Região Autónoma da Madeira. Aí, num golpe político primário de propósitos evidentes, o Governo invocou a mudança do regime geral para proceder a um segundo aumento de combustíveis, num curto período, num salto de quase 100%. Em vez de garantir, pelos meios adequados, o cumprimento do programa de reequilíbrio financeiro que assinou, a suas expensas, com o Governo Regional, e que previa no ponto 6 «a gradual aproximação aos preços do continente», o Governo (afinal os PSD de cá e os de lá) aproveitou para decretar, de chofre, um substancial aumento dos preços especiais e imputar as culpas aos partidos da oposição. E como se a imprudência não bastasse, o presidente do Governo Regional afirma-se agora disposto a pedir ao Tribunal Constitucional que declare que os aumentos de receitas que impõe, em conluio com o Governo da República e a expensas dos partidos da oposição, deveriam ingressar nos cofres do Governo Regional. O Dr. Jardim averbou mais uma das incongruências em que é recordista!

Mas não podemos aceitar a imputação das responsabilidades deste negócio aos partidos da oposição. Usaremos as formas regimentais adequadas para que tudo isto seja clarificado...

Srs. Deputados, é de expedientes políticos como estes que se alimenta, e em doses maciças de propaganda, que se escora, a triste acção governativa do PSD. Com as guerras do leite e das gasolinhas visam desprestigiar-nos junto da opinião pública e desviar-nos dos necessários esforços de resolução de problemas nacionais.

Querem que falemos muito disso, para que não ataquemos ao leilão das participações do Estado, à vergonhosa extinção de empresas públicas (veja-se a agora anunciada quanto à CNP: insolitamente o Governo quer extinguir-la, agora quando a empresa dá resultados positivos, para a liquidar daqui a dezoito meses e alienar o respectivo património a grupos económicos). Bem se percebe também que gostasse de nos desviar as atenções das tentativas de desmantelamento da EDP, de alienações como a projectada pelo BESCL quanto à sua participação nas Fábricas Mendes Godinho — cobiçada por multinacionais — de estranhos negócios, como a autorização pelo Ministro das Finanças da emissão de títulos de participação pelo BPA (sabendo-se quem é e donde vem o Sr. Ministro e o momento da decisão). Gostariam, evidentemente, que não nos apercebêssemos da bizarra evolução do caso das centrais digitais, dos incríveis *sprints* finais em matéria de indemnizações aos ex-monopolistas. Mas não podemos alhear-nos de nada disto, porque é nestas coisas que o Governo revela a sua face verdadeira de restaurador de privilégios, para alguns, à custa da larga proliferação de injustiças para a maioria dos portugueses, a quem o Governo quer impor o celerado pacote laboral. Não há-de ser assim.

Anteontem à noite, o Governo desafiou-nos na televisão. Mas neste mês de Maio, prenúncio das muitas mudanças que hão-de vir, os factos evidenciam que, em termos sociais e políticos, o Governo está cada vez mais na contracorrente. Minoritário é e sempre foi. Mas é hoje cada vez mais contragoverno e governo do

contra. Saibamos nós fazer depressa, e bem, as coisas positivas para que o povo português nos elegeu e que tão visivelmente nos está a exigir.

Aplausos do PCP, do PS, do MDP/CDE e do Sr. Deputado Independente Lopes Cardoso.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Jardim Ramos e Lopes Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jardim Ramos.

O Sr. Jardim Ramos (PSD): — É o Sr. Deputado José Magalhães um brilhante defensor da Constituição da República Portuguesa.

Há pouco ouvimos falar no aumento do preço dos combustíveis na Região Autónoma da Madeira. Assim, queria formular-lhe as perguntas seguintes: considera o Sr. Deputado que o n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 9/86 (a qual considera que o imposto sobre produtos petrolíferos é uma receita do Fundo de Abastecimento) é ou não inconstitucional? Considera que esta lei obriga ou não a Região Autónoma da Madeira a actualizar os preços de tais produtos por essa via?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Sr. Deputado José Magalhães, permita-me que comece por manifestar o meu total acordo com a sua intervenção.

Em relação ao primeiro ponto que focou — as declarações atribuídas ao Sr. Secretário de Estado para os Assuntos Parlamentares a propósito do eventual não cumprimento, por parte do Governo, da lei aqui aprovada relativa aos salários em atraso — gostaria de lhe perguntar se, perante o silêncio do Governo — quando são atribuídas a um seu membro afirmações desta gravidade —, não se justificaria que, no quadro das perguntas ao Governo, algum grupo parlamentar tomasse a iniciativa de chamar aqui o Governo para este esclarecer, perante a Assembleia, qual é, realmente, a sua posição nesta matéria.

Regimentalmente, esta é uma prorrogaativa dos grupos parlamentares que, como o Sr. Deputado sabe, não está ao meu alcance. Daí que deixe aqui a sugestão.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PCP): — O Sr. Deputado Jardim Ramos é um brilhante defensor do Dr. Alberto João Jardim e da sua política de gestão ruinosa da economia madeirense.

É nessa qualidade que gostava de lhe perguntar se não considera que, até à presente data, tem vigorado na Madeira um regime de preços especiais para a venda de combustíveis.

É óbvio que a sua resposta, por uma questão de honestidade, terá de ser afirmativa. Tem de reconhecer que na Madeira vigora um regime de preços especiais que permitiu que os mesmos fossem bastantes inferiores aos praticados no continente.

Pergunto-lhe ainda se o Governo Regional da Madeira assinou ou não com o Governo da República um protocolo chamado «Protocolo de acordo financeiro». A resposta é sim!

Esse protocolo, no seu n.º 6, prevê a aproximação gradual dos preços da gasolina entre o continente e a Região Autónoma da Madeira. Até foi previsto que a receita relativa ao ano de 1987 seria de 1,6 milhões de contos para comparticipação do Estado nos juros. Isto significa — e certamente admiti-lo-ia em resposta a uma eventual pergunta minha — que o Governo Regional da Madeira admitiu que essas verbas não constituiriam receitas próprias mas sim do Estado atribuídas à Região Autónoma da Madeira a título transitório e de comparticipação no pagamento de juros.

Todos estes factos são verdadeiros e o regime que vigora na Madeira é especial.

Dir-se-ia — e o Sr. Deputado também saberá que a lei geral não revoga uma lei especial — que a aprovação de um regime geral diferente não afectaria isto e obrigaria, quando muito, a repensar esse regime, com vista à aproximação gradual dos preços projectada e acordada entre os dois governos.

Mas S. Ex.^a o Presidente do Governo Regional e, ao que parece, S. Ex.^a o Sr. Primeiro-Ministro entenderam fazer uma simpática cambalhota, livrando-se de duas dores de cabeça de uma só vez!

Primeiro, livraram-se da dor de cabeça de impulsivar o aumento do preço da gasolina na Região Autónoma; que consta do 'acordo' do protocolo financeiro...

O Sr. Jardim Ramos (PSD): — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Faz favor, Sr. Deputado!

O Sr. Jardim Ramos (PSD): — Gradualmente, Sr. Deputado... Essa é a palavra que lá está!

Gradualmente! Não abruptamente, como foi obrigado a fazer, devido a esta alteração do Orçamento do Estado...

O Sr. José Magalhães (PCP): — Ora, são essas duas palavras que o Sr. Deputado acaba de dizer que eu procurei explicitar, sem êxito, na intervenção que produzi: o «gradualmente» e o «imposto», à força.

É que a Assembleia da República, ao aprovar um regime geral, não impunha coisa nenhuma em relação aos regimes especiais. A não ser, eventualmente, a necessidade de o reponderar pelos meios próprios. E o Governo tinha assinado um protocolo de acordo financeiro que tinha de honrar! Nós sabemos que o Governo honra demasiado, mas há matérias que não pode desonrar abertamente.

Neste caso recorreu a um expediente que me parece um pouco primário: aproveitou para, invocando o aumento geral de preços, afirmar que, por essa razão, este não se aplica à Madeira, e vá de aumentar, de chofre, os preços da gasolina, imputando aos partidos da oposição as culpas da maleita que os madeirenses pagam.

Sr. Deputado, isto é uma habilidade! Fica bem em qualquer ponto do território nacional, mas não é mais do que uma habilidade e um pouco vergonhosa. Pela nossa parte não vamos nisso!

Tenha paciência, não vamos nisso!

O Sr. Jardim Ramos (PSD): — Sr. Deputado José Magalhães, o imposto é ou não aplicável a todo o território nacional? A quem? E quem o criou?

O Orador: — Ó Sr. Deputado Jardim Ramos, é uma questão de ler o Orçamento do Estado. Depois de o ler, consulte o Código Civil, que tem lá uma «regrazinha» que estabelece que as leis gerais revogam leis gerais mas não regimes especiais. Portanto, não revogam o regime dos bombeiros!

O Sr. Deputado esteve aqui connosco horas e horas — uma madrugada — e alguma vez viu ponderar, congeminar, que a Assembleia da República iria rever o regime de atribuição de combustíveis às Forças Armadas, às forças de segurança, aos bombeiros, à Cruz Vermelha?

O Sr. Deputado viu alguém de alguma bancada suscitar essa questão? É óbvio que não!

Passava lá pela cabeça de alguém alterar, e de soterrar, modificar este aspecto? O Governo é que fez uma dupla operação, que constitui duas habilidades: aproveitou para tomar uma decisão política — que é dele, assuma a responsabilidade! — de acabar, de chofre, com esses regimes, devolvendo as responsabilidades à Assembleia da República. Nós não aceitamos isso! E o Sr. Ministro das Finanças há-de vir à comissão competente — e, porventura, ao Plenário — discutir amplamente este assunto, porque não se brinca com estas matérias, Sr. Deputado Jardim Ramos, nem com as regiões autónomas, nem com as Forças Armadas ou com as forças de segurança.

O País não pode estar sujeito a que o Governo vá a correr para a Televisão dizer que as Forças Armadas não têm combustíveis porque a Assembleia da República é má; porque decretou um imposto horrível que se aplica «à bruta» às Forças Armadas! Isto é o que se chama «execução perversa» das leis! A «execução perversa» é o contrário de «execução». É uma profunda perversão das funções governamentais!

É por isso que até agora, Sr. Deputado Jardim Ramos, o Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira nunca reivindicou como receitas da Região Autónoma as chamadas taxas para o Fundo de Abastecimento. No protocolo do acordo financeiro, na nota h) da página que contém o mapa da evolução da dívida da Região Autónoma da Madeira, estas taxas estão consideradas como devendo ser entregues à Região a título de comparticipação do Estado nos juros da sua dívida. Nem mais, nem menos!

Agora, o Governo Regional reivindica a aplicação à Região do imposto sobre produtos petrolíferos — o que é discutível — e pergunta — como o faz, com ar inocente, o Sr. Deputado Jardim Ramos — se o imposto não reverterá a favor da Região!

Sr. Deputado, se V. Ex.^a tivesse rodas era uma camioneta! Mas V. Ex.^a não é uma camioneta e não tem rodas! E a Região Autónoma não tem isto porque isto não se lhe aplica! Ponto, parágrafo!

Quanto à resposta devida ao Sr. Deputado Lopes Cardoso, é evidente que é urgentíssimo que o Governo compareça perante a Assembleia da República pela forma própria — estamos inteiramente de acordo consigo — e foi para isso que quisemos sensibilizar a Câmara —, porventura até de uma forma que se revele mais eficaz do que a das perguntas, para que não fique a pairar, durante mais tempo, a ideia de que o Governo poderá não cumprir, em bloco ou parceladamente, a lei de combate aos salários em atraso.

Sr. Deputado, vivemos um regime em que, como assinalava, há dias, num jornal semanário cultural, o Prof. Freitas do Amaral, não existe nenhuma lei que

puna os crimes de não cumprimento das responsabilidades — estranha lembrança esta do Prof. Freitas do Amaral. Não existe, mas não exageremos, porque o incumprimento doloso e voluntário de uma lei da República sem causa de justificação é crime de responsabilidade! Ou deve sê-lo!

Neste momento não coloco a questão fazendo uma aplicação ao caso concreto porque tal depende da ponderação de muitos factores e, até, de uma mediação judicial, mas, naturalmente, a Assembleia da República não poderia cruzar os braços perante o que surgisse como um desafio institucional ao cumprimento de uma lei.

Procurei equacionar a questão em termos jurídico-constitucionais e, sobretudo, até, em termos políticos. Existem 7 milhões de contos para combater o flagelo dos salários em atraso. Será que o Governo vai fazer birra, vai fazer perrice e recusar reafectar esse montante ao cumprimento da lei da Assembleia?

Sr. Deputado, não acreditamos que tal seja possível! Se fosse, a Assembleia da República deveria tomar medidas eficazes, porventura até mais eficazes do que a chamada do Governo aqui.

Aplausos do PCP.

O Sr. Jardim Ramos (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um protesto.

O Sr. Presidente: — Não pode, Sr. Deputado.

O Sr. Jardim Ramos (PSD): — Então, inscrevo-me para fazer uma curta intervenção.

O Sr. Presidente: — Fica inscrito, Sr. Deputado. Srs. Deputados, entrou na Mesa um requerimento, subscrito por deputados do PRD, nos seguintes termos:

Nos termos regimentais e dado ter havido declarações políticas, requer-se a prorrogação do período de antes da ordem do dia.

Vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Informo que o Ex.^{mo} Sr. Coordenador da Subcomissão de Análise dos Projectos de Lei n.^{os} 48/IV, 92/IV e 94/IV convoca os Srs. Deputados para fazerem parte da referida Subcomissão para a reunião que se realiza na sala n.^º 250-G, no próximo dia 8 de Maio, pelas 10 horas e 30 minutos; o Ex.^{mo} Sr. Coordenador da Subcomissão para a Análise das Ratificações n.^{os} 64/IV e 65/IV convoca os Srs. Deputados que fazem parte da referida Subcomissão para a reunião que se realiza na sala n.^º 250-G, no próximo dia 8 de Maio, pelas 15 horas.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Paulouro.

O Sr. António Paulouro (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em Plenário realizado no dia 29 de Abril, os trabalhadores das minas da Panasqueira rejeitaram a proposta de «acordo de empresa», por considerarem que ele é «um atentado à Constituição da República e a toda a legislação em vigor, quer a nível nacional quer internacional estabelecida pela convenção da Organização Internacional do Trabalho».

Entre as várias medidas que o acordo prevê conta-se a de despedimento de 500 trabalhadores e «os limites de duração mensal do trabalho são acrescidos até ao máximo de 10 horas e 30 minutos, com dispensa de remuneração, quer das horas normais quer do acréscimo legal a título de trabalho extraordinário ou outro, cabendo à empresa organizar as escalas móveis para o efeito».

Assegura a empresa que a baixa cotação do volfrâmio e do estanho nos mercados internacionais impõe medidas severas para garantir a sua sobrevivência.

Dizem os sindicatos que «os lucros dos anos anteriores são a melhor garantia dessa sobrevivência, que os mineiros da Panasqueira têm sido ao longo de todos estes anos a classe mais cumpridora dos horários de trabalho e que nem sequer podem ir ao médico na hora de serviço». Que «aumentando a permanência no interior da mina, estão a diminuir as capacidades físicas e intelectuais, aumentando, assim, o número de acidentes e doenças profissionais».

É longa e tem sido difícil a luta dos mineiros, mas já lá vai o tempo em que os guardas os espancavam publicamente quando havia boatos — mesmo só boatos — de greve.

Antes da intervenção que me proponho fazer sobre as condições de trabalho na maior mina de volfrâmio da Europa, pergunto ao Sr. Ministro do Trabalho se tem conhecimento directo, ou por intermédio da delegação do Ministério na Covilhã, desta proposta de acordo; que providências vai o Ministério adoptar ou que estudos já promoveu para avaliar a situação de milhares de pessoas que podem ser gravemente afectadas por decisão de uma empresa averiguadamente rendível, apesar dos altos e baixos das cotações do volfrâmio.

Aplausos do PRD e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Gomes de Pinho.

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há pessoas que nos habituamos a considerar eternas, de tal modo fazem parte do nosso quotidiano. Por isso, o seu desaparecimento constitui um choque, ainda maior quando a sua imagem fazia apelo a tudo o que mais se identifica com a vida.

Era assim e foi assim Laura Alves!

Algumas singelas palavras são, pois, suficientes para exprimir, em nome do meu grupo parlamentar e no meu próprio, o nosso pesar e a nossa homenagem a essa personalidade.

Morreu uma mulher que viveu intensamente as suas convicções e as afirmou sempre com coerência e coragem, nos tempos fáceis como nos tempos difíceis, jamais se deixando tentar pela cedência ou pelo compromisso.

Mas, sobretudo, desapareceu uma mulher do teatro que, na sua carreira, protagonizou as misérias e as grandezas dessa arte em Portugal e que, em grande parte, foi mesmo vítima delas, que, durante uma vida, levou o teatro ao íntimo de muitos portugueses e, ao torná-lo popular e querido, lhe prestou o maior serviço que um artista pode prestar à sua arte.

Quantos dos portugueses que a viram por esse País fora, nas grandes cidades e nas pequenas vilas, a identificam com o próprio teatro e lhe devem o seu primeiro contacto com uma sala de espectáculos e com uma representação teatral?

Laura Alves demonstrou que não há barreiras para a arte e que, no trazê-la ao povo, se cumpre a sua função essencial! Por isso, por tudo o que fez e por tudo o que quis fazer, com a sua enorme alegria e vontade de viver, a evocamos aqui com respeito e lhe estamos gratos.

Aplausos do CDS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Mendes.

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A morte de Laura Alves causou vivo pesar nos meios artísticos e nos que, ao longo de sucessivas gerações, a viram e vitoriarão nos palcos portugueses.

Associamo-nos naturalmente à evocação da sua figura. Foi uma actriz de reconhecidos méritos, um nome cimeiro do teatro comercial, marcou esplendorosamente uma época e um estilo, atingiu momentos de grande brilho em numerosos espectáculos, entre os quais o que realizou, no Monumental, com Rui de Carvalho, aí pelos finais dos anos cinquenta, e que se chamava *Boa noite, Benitta*.

Importa aproveitar o ensejo para, memorando, justa e comovidamente, Laura Alves e reconhecendo a singularidade do seu percurso, honrar ainda a arte a que deu talento e abnegação, sem nunca esquecer outras formas e caminhos teatrais e culturais tão carecidos de efectivo apoio no Portugal dos nossos dias.

Aplausos do PCP, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que neste momento e neste lugar nos cabe, antes de mais, associar às palavras proferidas pelo Sr. Deputado Gomes de Pinho.

Penso que para alguns de nós é importante não apenas recordar a figura de uma actriz do teatro e do cinema português, mas também recordar a pessoa de alguém que, em momentos particularmente difíceis da vida democrática portuguesa, teve a coragem de se afirmar nesses momentos. Eu fui uma das pessoas que teve o privilégiu de se encontrar com a Laura Alves e com outros actores do teatro português, em vésperas da abertura da campanha para a Constituinte, e, nesse começo da noite da colagem de cartazes, a Laura Alves quis ir — e na altura estava doente — a uma sede de partido e, com a sua presença, quis também afirmar, uma posição.

Creio que vale a pena recordar esse facto numa Câmara política, como vale a pena recordar o seu contributo não apenas para o teatro português, mas também para o cinema e para uma forma típica e muito portuguesa do cinema, que foi a comédia portuguesa dos anos quarenta e cinquenta — um momento alto do cinema português. Por isso mesmo, penso que valerá a pena isso ser recordado, e o contributo da Laura Alves foi extremamente importante.

Penso que, também neste momento e neste lugar, valerá a pena recordar que o teatro português, independentemente das qualidades e dos defeitos que lhe reconheçamos, nalguns momentos da nossa vida, pode prosseguir e chegar às pessoas, porque era popular, na

sua forma mais simples e mais directa. Mas, porque era popular, tinha concerteza elementos mais válidos, ainda que alguns de nós não sejamos capazes de ter a humildade suficiente para os reconhecer.

Quando alguém tem a humildade de saber que é capaz de não se exprimir numa linguagem tão directa e tão acessível que seja capaz de ser compreendida mas tem a coragem de o assumir e, por isso mesmo, tem a coragem de abrir caminho para outras possibilidades, outras hipóteses e outras dificuldades, isso é importante.

Penso que, por isso mesmo, a Laura Alves foi um nome importante; penso que, por isso mesmo, teve repercuções na vida cultural portuguesa. Penso que a cultura não é, nem pode ser, apenas as formas eruditas, mas tem a ver com aquelas que têm enraizamento na crença, na esperança e nas possibilidades de um povo e, por isso mesmo, quem está próximo do povo tem essas condições culturais.

Não sou capaz de fazer neste momento nenhum pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Gomes de Pinho; queria apenas dizer que, pela parte da nossa bancada — é a expressão de pesar que queremos transmitir —, associamo-nos às palavras do Sr. Deputado Gomes de Pinho.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vieira Mesquita.

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uso a figura regimental do pedido de esclarecimento para, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, nos associarmos ao voto de pesar, que foi formulado, pelo falecimento da artista de teatro Laura Alves.

Daqui apresentamos à família enlutada as nossas sentidas condolências pela perda irreparável de uma figura ímpar e popular dos palcos portugueses.

É o povo português que está triste e fica mais pobre. A esse mesmo povo, que soube acarinhar Laura Alves com amor, endereçamos, com tristeza, o nosso sentido voto de pesar.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Junqueiro.

O Sr. Raul Junqueiro (PS): — Sr. Presidente, utilizando também a forma regimental do pedido de esclarecimento, uso da palavra para manifestar o profundo pesar do Grupo Parlamentar do Partido Socialista pela morte desse grande vulto do teatro, do cinema, ao fim e ao cabo da cultura portuguesa, que foi Laura Alves. Associamo-nos, pois, às palavras do Sr. Deputado Gomes de Pinho e dos deputados das outras bancadas e, sobretudo, ao voto de pesar que aqui foi formulado.

A cultura de um povo traduz-se num conjunto de manifestações que, ao fim ao cabo, são capazes de evidenciar a personalidade desse mesmo povo, a sua maneira de estar no mundo, a sua forma de encarar os problemas, a sua forma de encarar também os fenómenos sociais e políticos.

Laura Alves foi capaz de emergir do mundo de onde veio, foi capaz de ser um símbolo vivo da cultura portuguesa. Creio, pois, ser um forte motivo de pesar para

o teatro, para o cinema e para a cultura portuguesa o desaparecimento de uma personalidade com as suas características.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Gomes de Pinho deseja responder?

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Sr. Presidente, obviamente que não vou responder, porque se trataram de intervenções, aliás concordantes, com a que inicialmente fiz.

Entretanto, dado ter havido uma manifestação unânime por parte dos vários grupos parlamentares no sentido de que fosse provado um voto de pesar, peço ao Sr. Presidente que o aprovenmos imediatamente, considerando-se o seu texto reduzido ao mínimo, mas que no fundo foi enriquecido pelas contribuições de todas as bancadas e que é a manifestação do pesar desta Câmara pelo desaparecimento de Laura Alves.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa não vê qualquer objecção. O que lhe agradecia é que obtivesse consenso sobre um texto, para depois o votarmos.

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Sr. Presidente, para não demorarmos mais tempo e porque o sentido do voto foi expresso, embora de maneira diferente, por todas as bancadas, penso que nos podíamos limitar a aprovar um voto de pesar apenas com esse texto que referi e com o sentido que foi dado por cada uma das bancadas e, ao fim e ao cabo, por toda a Câmara.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, há objecções quanto à sugestão do Sr. Deputado Gomes de Pinho?

Pausa.

Como não há, vamos então proceder à votação do voto de pesar, feito oralmente pelo Sr. Deputado Gomes de Pinho, pela morte da artista Laura Alves.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Santos. Informo-a que o tempo que vai gastar vai ser descontado no tempo do MDP/CDE.

A Sr.^a Maria Santos (Indep.): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O acidente ocorrido na central de Tchernobyl, na URSS, coloca-nos, mais uma vez e de forma preocupante, perante o perigo da opção nuclear.

O Partido Os Verdes teve já oportunidade de expressar nesta Câmara, em 3 de Dezembro de 1985, o sentido da sua opção antinuclearista, que assenta fundamentalmente em preocupações ecológicas, pois a energia nuclear, desde que é extraída das minas, até ao seu reprocessamento após utilização nas centrais, passa por uma série de operações associadas a riscos vários e a impactes perigosos no meio ambiente.

Mais uma vez se confirmam tragicamente as nossas apreensões, após outros acidentes ocorridos anteriormente na central nuclear de Browns Ferry, nos EUA, em Windescale, na Grã-Bretanha, em Saint-Laurent-des-Eaux, em Grenoble, e, mais recentemente, na central de Heysham, no Lancashire, e na Central Atómica de Dungeness, que provocou a fuga de gás radioactivo.

Alerta para nós, Portugueses, deve ser também considerada a fuga de resíduos radioactivos da central nuclear Espanhola de Almaraz, que ainda recentemente voltou a afectar o rio Tejo com descargas radioactivas, sem que o Governo Espanhol nos informasse sequer desta situação.

Pensamos que é da máxima urgência o estabelecimento de medidas e legislação adequadas que salvaguardem a qualidade das águas provenientes de Espanha, nomeadamente no que concerne à poluição radioactiva, bem como as descargas de «lixo nuclear» no «cemitério nuclear», situado no Oceano Atlântico.

O Partido Os Verdes reafirma a sua rejeição à opção nuclear em Portugal, pois entendemos que a política energética nacional deve adoptar medidas de racionalização de energia, combatendo os desperdícios e promovendo a investigação, estudo e aplicação das energias alternativas.

Manifestamos também a nossa solidariedade para com a população afectada pelo acidente, acreditando que as novas formas alternativas e não poluentes de energia se afirmarão, contribuindo para um desenvolvimento que, garantindo a satisfação das necessidades, preserve o meio ambiente mundial.

Não podemos deixar de lembrar, ao falar do nuclear, as agressões à vida que, constantemente, são desencadeadas com a utilização para fins bélicos do nuclear, nomeadamente os ensaios nucleares, que constantemente são levados a efeito pelos EUA e que se apresentam como instrumentos que podem ser usados e aplicados para fins nocivos, maléficos e aniquiladores.

De facto, não poderíamos, ao falar do nuclear, esquecer que a sua mais mortífera utilização é um risco bem real e que neste século nuclear não podemos deixar de fazer tudo para consolidar a certeza de que será possível negociar a paz e excluir as hipóteses bélicas, sejam elas quais forem, nomeadamente a irradiação total das armas e dos ensaios nucleares.

Neste Ano da Paz, a nossa opção é pela vida, pela inteligência, contra o risco agravado da destruição da Terra, por um conflito nuclear.

Falar e agir a favor da vida é esse o sentido da nossa acção quotidiana e, porque a opção nuclear não é, a nosso ver, uma aposta tecnológica ou uma afirmação de progresso, condenamos todos os acordos que vão neste sentido e gostaríamos que o posicionamento do Governo Português se assumisse claramente pela desnuclearização de Portugal e contra o nuclear, evidentemente!

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr.^a Deputada Maria Santos, a propósito deste acidente ocorrido em Tchernobyl, V. Ex.^a reiterou aqui posições que já anteriormente tinha exprimido e esclareceu a ligação destas posições com o problema da paz e da eventualidade de um conflito nuclear.

No sentido de tentar precisar o pensamento da Sr.^a Deputada quanto a estes problemas, gostaria de colocar a seguinte questão: a Sr.^a Deputada situa o problema do nuclear civil ao mesmo nível do nuclear militar? Este problema até poderia vir a propósito deste acidente, pois, como se sabe, a União Soviética é justamente um dos países em que o nuclear civil está mais

intimamente associado ao nuclear militar. Em todo o caso, creio que é imprescindível uma distinção rigorosa e gostaria de ouvir a opinião da Sr.^a Deputada a este respeito.

Por outro lado, Sr.^a Deputada, é óbvio que falar deste acidente nuclear levanta questões novas. Está ou não de acordo em que, essencialmente, aquilo que de novo este acidente colocou à opinião pública mundial é, em primeiro lugar, a extensão transnacional dos seus efeitos e a necessidade de um mais rigoroso controlo dos problemas nucleares civis por parte da comunidade internacional? Lembro que, a propósito deste acidente, a Sr.^a Ministra da Energia sueca reiterou junto das autoridades soviéticas um pedido de informação cabal sobre o programa nuclear civil da União Soviética.

Também gostaria de saber se a Sr.^a Deputada considera que poderá existir uma concepção do nuclear civil segundo a qual há um nuclear civil bom e um nuclear civil mau, para além das condições objectivas e concretas de cada país.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Santos.

A Sr.^a Maria Santos (Indep.): — Sr. Deputado Manuel Queiró, as três questões que colocou estão extremamente ligadas.

Em primeiro lugar, quero dizer-lhe — aliás tanto ao Sr. Deputado como a toda esta Câmara, embora já o soubam — que nós, Os Verdes, somos antinuclearistas: não acreditamos nem no nuclear civil — aliás não creio que exista um nuclear civil — nem no nuclear militar. A nossa opção é antinuclearista, seja a energia nuclear utilizada para fins pacíficos ou para fins bélicos; portanto, condenámos as duas.

Neste Ano Internacional da paz e porque tragicamente ocorreu um novo acidente nuclear, creio que é importante relacionar o nuclear com a problemática da paz, porque ele está a ser, cada vez mais utilizado para o armamento bélico.

No entanto, qual é a posição do Sr. Deputado no que se refere a este assunto, não sei se é antinuclearista a nível civil ou a nível militar, mas devo dizer-lhe e reafirmá-lo que nós sempre fomos e seremos antinuclearistas.

Expressámos nesta Casa a nossa posição no dia 3 de Dezembro passado, temo-la expressado ao longo destes anos de existência e expressámo-la também logo a seguir ao acidente. Não sei se o Sr. Deputado terá tido a oportunidade de ouvir uma entrevista que dei à Rádio Renascença; mas a verdade é que outros órgãos de comunicação social divulgaram a posição que o Partido Os Verdes tomou. Evidentemente que nem todos eles a divulgaram correctamente — o que foi pena!

Relativamente ao problema da informação, é evidente que precisamos de ser informados. Nós, Os Verdes, enviamos vários requerimentos ao Ministério da Defesa, solicitando, por um lado, informações relativamente aos possíveis acordos existentes sobre a instalação de centrais de energia nuclear no nosso país e, por outro lado, sobre a problemática da desnuclearização. Em Portugal não estamos nada informados sobre as implicações de possíveis acordos que já tenham sido estabelecidos.

Mas as respostas tardam!

Em termos da problemática no seu conjunto, este acidente vem juntar-se a muitos outros que já tiveram lugar e, quanto a nós, é importante que a comunidade internacional daqui retire que é necessário preservar este planeta, em todo o sentido desse termo. É, pois, preciso que a inteligência humana seja utilizada para a construção de novas alternativas no campo da energia.

Defendemos que é possível contrariar a utilização da energia nuclear com a aplicação de energias alternativas. Em Portugal, o LNETI tem uma série de experiências que já avançaram neste campo e creio que, em certa medida, poderíamos ser também aqui inovadores e criar condições para dar uma resposta ao problema energético nacional.

A primeira e a segunda questão que o Sr. Deputado colocou são no sentido de saber se o nuclear é bom ou mau. Devo dizer-lhe — e mais uma vez — que achamos que é mau, seja ele utilizado para fins pacíficos ou para fins bélicos ... A minha intervenção de 3 de Dezembro esclarece os seus riscos.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Dá-me licença que a interrompa, Sr.^a Deputada?

A Oradora: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr.^a Deputada, agradeço a possibilidade que me deu de a interromper, sem a qual não poderia intervir novamente.

Como no decorrer da sua resposta ao meu pedido de esclarecimento a Sr.^a Deputada questionou a nossa posição, gostaria de a precisar dizendo que o CDS separa claramente o problema do nuclear civil do nuclear militar. Quanto ao nuclear militar, é evidente que a nossa posição é liminar: entendemos que a comunidade internacional deve encontrar formas de redução global e simultânea até à total eliminação do armamento nuclear, para evitar o pesadelo da possibilidade de um conflito nuclear. Simplesmente, entendemos que isso deve ser claramente separado das posições quanto ao nuclear civil, que devem rodear-se da maior objectividade e realismo possíveis.

Na realidade, tinha dúvidas sobre a posição da Sr.^a Deputada quanto a estes aspectos — que hoje, felizmente, ficam esclarecidos —, na medida em que nesta Assembleia já se ouviu uma intervenção produzida por V. Ex.^a que, porventura, poderia ter deixado algumas bancadas, nomeadamente a própria bancada do PCP, que a aplaudiu, nalguma confusão quanto à posição real do Partido Os Verdes.

A Oradora: — Sr. Deputado, já agora aproveito esta oportunidade para lhe dizer que só é pena que na sua intervenção tenha feito esse tipo de afirmações. Como sabe, dado que sou deputada independente, a única possibilidade que tive para intervir foi hoje. Portanto, é pena que tenha utilizado os argumentos que utilizou para, em certa medida, levantar algumas dúvidas.

É pena que só agora o Sr. Deputado tenha abordado esta matéria e, mais, enquanto o senhor se posicionou diferentemente quanto aos dois níveis de utilização do nuclear, nós, Os Verdes, somos muito mais radicais. De facto, somos antinuclearistas, seja o nuclear utilizado para fins pacíficos ou para fins bélicos, e é este o sentido do nosso posicionamento.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Presidente da Comissão de Administração Interna e Poder Local convoca os Srs. Deputados que fazem parte da referida Comissão para uma reunião que se realizará na sala n.º 250-K, no próximo dia 8, pelas 15 horas.

O Sr. Presidente, em exercício, da Comissão Eventual de Inquérito à Actuação do Ministério da Agricultura e Mar convoca os Srs. Deputados que fazem parte da referida Comissão para uma reunião que terá lugar da Sala do Conselho de Ministros, no próximo dia 8, pelas 11 horas.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ribeiro Teles.

O Sr. Ribeiro Teles (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na central nuclear de Tchernobyl deu-se há dias, infelizmente, o desastre que há muito vínhamos temendo. Nunca saberemos ao certo qual o número de vítimas que provocou e irá ainda certamente causar nos tempos mais próximos. Está demonstrado, desta vez sem apelo nem agravo, aquilo que o PPM e muitas individualidades da ciência e da técnica têm vindo a denunciar há vários anos.

A existência de centrais nucleares é um absurdo económico, sem qualquer justificação moral, que comporta riscos e consequências inaceitáveis para a humanidade.

As centrais nucleares são a expressão de uma sociedade centralizada porque pressupõem um crescimento económico consumista e esbanjador, que agrava os desequilíbrios regionais e sectoriais e vai alargando cada vez mais o fosso entre as sociedades da abundância e do subdesenvolvimento.

Está provado que num raio de muitas dezenas de quilómetros, em redor das centrais nucleares, aumentam os cancros, as leucemias e as deformações genéticas.

As centrais nucleares devem ser encerradas ao fim de mais ou menos 25 anos de funcionamento, o que torna, na realidade, o seu custo inviável em termos de rendibilidade real. A sua construção implica enormes investimentos, prejudicando outros sectores produtivos de maior alcance social, mais mão-de-obra e menos capital. Incrementam, por isso, a inflação e o desemprego.

O problema dos resíduos continua insolúvel e a possibilidade de se verificarem graves acidentes é um facto a considerar, como o desastre agora verificado em Tchernobyl veio demonstrar.

A central nuclear em causa lançou e continua a lançar para a atmosfera partículas radioactivas, tendo dado origem a uma nuvem que se passegou pela Suécia, Finlândia, Noruega, Polónia, Checoslováquia, Áustria e pelo imenso território da União Soviética.

Que irá suceder às pessoas que viviam ou ainda vivem nas imediações da central? Para além das mortes já registadas e dos estropiados para toda a vida, que irá suceder aos habitantes das áreas atingidas e às coisas de que eles vivem?

Vão os tecnocratas e os apoiantes da construção de centrais nucleares demonstrar que morrem mais pessoas em desastres de viação, que já rebentaram barragens com consequências mais catastróficas e prejuízos materiais mais elevados.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que está em causa é o futuro da humanidade. A extensão planetária do sucedido é alarmante. As consequências à distância sobre as pessoas, os animais, as plantas, o solo,

a água, verdadeiramente não se conhecem. O que está a ser julgado pela opinião pública mundial é a irresponsabilidade de aprendizes de feiticeiro que não consideram, nos seus empreendimentos, a dimensão limitada do planeta nem reconhecem a fragilidade da vida.

O desastre que se verificou na União Soviética é um significativo aviso a todos os Estados e povos.

Perante o mais grave desastre provocado pelo homem em tempo de paz, Portugal não pode ficar indiferente. Há que tomar, desde já, medidas concretas.

Primeira medida: abandonar definitivamente os estudos — que custam muito dinheiro — para a instalação de centrais nucleares no nosso país.

Não devemos pôr em causa a segurança dos Portugueses.

A dimensão do nosso país, a densidade demográfica das nossas regiões naturais, uma política de desenvolvimento que tenha por finalidade promover a justiça social, a igualdade e o progresso, valorizando todas as comunidades instaladas no território, não é consentânea com a construção e o impacte de centrais nucleares.

A cultura dos Portugueses e os recursos naturais de que dispõem não podem ser postos em causa por uma política energética que desconheça que o homem está no centro de todas as mudanças e transformações necessárias da sociedade, que visem o progresso e a sua dignidade.

O caminho a seguir é, portanto, outro.

Há que aproveitar todos os recursos hídricos de que dispomos, descentralizando as fontes de produção; há que procurar decisivamente a produção a partir de energias renováveis (vento, sol, biomassa, geotérmicas, forças das marés); há que encetar uma política autêntica e eficaz de racionalização do consumo.

Segunda medida: a existência de centrais nucleares noutras países não depende de nós.

Se o que sucedeu na União Soviética vier a suceder em Espanha, que poderemos fazer para além de verificar o aumento de radioactividade no ar e na água?

O problema é muito sério para que percamos tempo.

Há, portanto, que exigir uma participação activa e permanente portuguesa na fiscalização do funcionamento das centrais nucleares espanholas de Almaraz e Valdecaballeros. Sem esta fiscalização permanente não sabemos o que se passa e não poderemos evitar terríveis consequências para o povo português. Em face de um eventual acidente em Espanha, que populações deverão ser evacuadas e para onde?

Há, portanto, que determinar quais as áreas do nosso país que serão afectadas por um desastre idêntico ao verificado na União Soviética e estabelecer as medidas a pôr imediatamente em prática em tal eventualidade.

Se, como é óbvio, não desejamos a construção de centrais nucleares em Portugal, poderemos, alicerçados numa força moral indiscutível, propor, nomeadamente na ONU e na CEE, a aprovação de uma moratória que conduza ao cancelamento da construção de novas centrais nucleares e ao encerramento até ao fim do século das existentes situadas a Ocidente e a Leste, tanto para a produção de plutónio, como para a de electricidade. Para já há que propor a Espanha o cancelamento da construção da central de Sayago.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que se passou, muito recentemente, com uma fuga no circuito de refrigeração na central de Almaraz, que debitou perto de 30 litros por hora de água contaminada no Tejo, exige, mais que um alerta, a prevenção.

Almaraz tem apenas cinco anos de funcionamento e já se verificaram alguns acidentes. É, portanto, altura de estarmos inteiramente conhecedores do funcionamento oficial dos problemas daquela central nuclear para se poder evitar qualquer desastre que venha a afectar os perto de quatro milhões de portugueses que vivem no vale do Tejo.

O silêncio e a desdramatização do que se passou na União Soviética, acontecimento de tão graves consequências, não pode ser entendido por nós senão como convivência com os lobbies nucleares ou irresponsabilidade pueril.

Aplausos do PS e de alguns deputados do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Malato Correia.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Sr. Presidente; Srs. Deputados: Mais uma vez subo a esta tribuna para vos falar sobre o distrito de Portalegre, localizado no norte alentejano e até agora marginalizado dos *dossiers* que tratam do progresso e do desenvolvimento de Portugal.

Dos três distritos alentejanos é aquele em que o sector primário tem menor importância, havendo um ligeiro predomínio dos sectores secundário e terciário. O desemprego também tem uma taxa menos elevada, não porque a oferta tenha crescido significativamente, mas sim porque a população activa vem, de há muito, abandonando o distrito. Estas e outras razões, não menos importantes, contribuíram decisivamente para que o distrito de Portalegre seja hoje o de menor densidade populacional, sendo o único representado neste fórum apenas por três deputados.

A sua população há muito que conhece o sabor amargo da frustração de quem assiste, impotente, à protecção, por vezes desmesurada, de que têm beneficiado determinadas regiões, o que permanentemente contribui para a crescente assimetria que, sob todos os aspectos, existe em Portugal.

Seria fastidioso enumerar aqui as múltiplas carências evidentes em todo o distrito, mas não posso deixar de frisar o desaproveitamento quase pecaminoso em que se encontra o chamado triângulo turístico do Alto Alentejo — Portalegre, Castelo de Vide e Marvão.

É a rede viária verdadeiramente obsoleta, são as infra-estruturas de acordo com a rede viária, é o sector de serviços mal instalado e cada vez menos apto a servir os utentes.

O segundo pólo de desenvolvimento do distrito, a cidade de Elvas e o seu concelho, apesar do surto de desenvolvimento comercial que a proximidade com o país vizinho tem proporcionado, está longe de ver satisfeitas algumas pretensões a que justificadamente tem direito nos mais variados domínios. É preciso e urgente dotar Elvas do indispensável e suficiente para que não se envergonhe e não envergonhe Portugal na sua comparação com a quase contígua cidade espanhola de Badajoz.

O Sr. Leonel Fadigas (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não será altura de dotar Elvas de um adequado pavilhão ginnodesportivo para que as suas muitas centenas de jovens possam praticar desporto e ter um desenvolvimento saudável a que têm direito? Ou será que eles devem deslocar-se a Badajoz para o praticar?

No que respeita à saúde, Elvas possui um velho hospital, de instalações seculares que os responsáveis esforçadamente têm tentado adaptar, mas que nem por isso deixa de ser o que é, e o que é degradante. É urgente a ampliação do hospital, tendo como núcleo a actual maternidade, para que os doentes possam e devam ser tratados em Elvas sem ter de recorrer aos serviços da vizinha cidade de Badajoz, como acontece quotidianamente, ou aos hospitais de Portalegre (já de si tão degradados), de Évora ou de Lisboa.

Referi alguns exemplos de carências dos dois principais pólos de desenvolvimento do distrito de Portalegre. Seria naturalmente fastidioso e impossível, pela falta de tempo, debruçar-me sobre as inúmeras carências das várias vilas do distrito.

Diria, em atitude de reflexão, que semelhante situação justificar-se-ia, de certo modo, se o distrito de Portalegre não possuisse condições mínimas que justificassem qualquer tipo de investimento. Poderia então admitir-se que ele fosse um peso morto que o País teria de suportar.

Mas, na realidade, não é isso que se passa. O norte alentejano tem condições mais do que suficientes para poder ombrear com o restantes distritos portugueses. A sua localização fronteiriça possibilita a entrada de 20% dos estrangeiros que actualmente se deslocam a Portugal, possuindo condições privilegiadas para a exploração do turismo durante os doze meses do ano, é sede de um património histórico, cultural e arquitectónico importante, de um artesanato bem expressivo, de que sobressaiem as tapeçarias de Portalegre, de projecção mundial, um sector agro-pecuário de grande potencialidade, um sector industrial, que se distribui fundamentalmente por Elvas, Avis, Campo Maior, Ponte de Sor e principalmente Portalegre, onde se localizam importantes unidades industriais de que se destaca a FINICISA, uma das mais importantes produtoras de fibras da Europa e que dentro de dias comemora o seu 20.º aniversário. O perfil breve que tentei esboçar levar-me-ia a afirmar que o distrito de Portalegre tem de tudo, mas esse tudo é, afinal, quase nada em função do que pode e deve ter.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A razão por que hoje faço esta intervenção não é apenas para uma enumeração de carências nem vos dar a conhecer o que de muitos é já conhecido.

É fundamentalmente para me congratular pela decisão do Governo ao fazer aprovar o Programa Integrado de Desenvolvimento Regional da Zona Norte Alentejana — cuja elaboração cuidada já fora concluída — e pela nomeação do Dr. Bento Rosado para presidente da comissão que coordenará este mesmo programa.

Para os portugueses do distrito de Portalegre abre-se assim uma porta para o progresso. Os 50 milhões de contos atribuídos ao desenvolvimento deste programa integrado necessariamente que irão beneficiar de maneira significativa as infra-estruturas e estruturas existentes, ampliar os actuais pólos de desenvolvimento e incentivar a criação de outros.

O sector da indústria, nomeadamente da agro-indústria, passará a ter o tratamento adequado e libertar-se-á do estrangulamento a que tem estado sujeito.

A nossa geração tem a obrigação de fazer nascer uma esperança nos alentejanos do Nordeste: a esperança de poder nascer, crescer com alegria e cada um se poder realizar no seu próprio distrito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A zona do norte alentejano tem agora ao seu alcance a possibilidade de se tornar uma região globalmente progressiva. Turisticamente deverá ser uma agradável sala de visitas para os milhares de estrangeiros que entram pelas suas fronteiras e um bom cartaz turístico que faça deixar saudades aos estrangeiros que o atravessam para deixar o nosso país.

É urgente que nesta zona do norte alentejano se retire a velha tabuleta: «Fronteira com Portugal, fronteira com o subdesenvolvimento.»

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Roque.

O Sr. Luís Roque (PCP): — Sr. Deputado Malato Correia, como deputado eleito pelo distrito de Portalegre, congratulo-me com a intervenção que produziu, embora a ache um bocadinho superficial.

Como muito bem o Sr. Deputado referiu, o triângulo turístico Portalegre, Castelo de Vide, Marvão é, de certa maneira, importante em termos de distrito e está subaproveitado. O Sr. Deputado também disse que pela fronteira do Caia, em Elvas, passam 20% de turistas e a verdade é que em Elvas apenas temos turismo de passagem e não de fixação, pois nesta região não se criaram condições de turismo de fixação.

É evidente que Elvas precisa de um pavilhão ginnodesportivo; precisa que o seu hospital seja melhorado, que seja construído um novo pavilhão junto à maternidade e que sejam adquiridas novas valências. Se, por exemplo, uma pessoa parte uma perna em Elvas, não está correcto que tenha de se deslocar 58 km até Portalegre ou 80 km até Évora por causa de uma simples fractura, quando em Elvas há condições para a tratar — portanto, sobretudo são necessárias instalações.

De qualquer das maneiras, Elvas não passa só por aí. Elvas passa por carências numa escola secundária que há 25 anos foi construída para 500 alunos e neste momento comporta 1500 alunos, que se encontram num estado de degradação completamente total, com um ginásio com os tacos completamente soltos, onde já se têm verificado acidentes com alunos.

Falar do distrito de Portalegre é também falar na barragem do Pisão eternamente adiada, inclusivamente pelo Governo que o Sr. Deputado representa. A barragem do Pisão anda eternamente a ser adiada e tem sido preterida em termos de outras barragens para outras zonas do País.

Falar do distrito de Portalegre é falar nas carências de estradas, porque a rede viária, pelo menos a rede viária principal, está completamente degradada. A este propósito poderemos referir o eixo Portalegre-Elvas e Estremoz-Portalegre.

Poderemos igualmente referir o desaproveitamento total do distrito em termos de aproveitamento de recursos minerais, como, por exemplo, no caso das minas de urânio de Niza, que não são aproveitadas.

Poderemos também falar na vergonha que é a linha do Leste, onde os comboios têm velocidades comerciais de circulação à volta de 20 km/hora, pelo menos no troço Portalegre-Elvas.

Portanto, poderemos falar disso tudo e de muito mais ainda e deveremos fazer sentir todos estes aspectos ao Governo que o Sr. Deputado Malato Correia representa, porque eu também sou deputado alentejano, eleito pelo círculo de Portalegre e sinto tudo isto.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Malato Correia.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Sr. Deputado Luís Roque, gostaria de começar por agradecer-lhe a sua intervenção, porque, afinal de contas, o Sr. Deputado considerou a minha como superficial, mas a verdade é que falei praticamente em tudo o que V. Ex.^a referiu.

Portanto, afinal, a minha intervenção não foi tão superficial como parecia. Aliás, o Sr. Deputado focou um ou dois pontos que não foquei, mas tive o cuidado de dizer quando intervini que não tinha por objectivo fazer a enumeração de todas as carências do distrito. Em vez disso, preferi fazer uma caracterização do distrito para demonstrar o abandono a que tem sido votado ao longo de todos estes anos.

Na realidade, é necessário que tudo isso se faça.

Queria também fazer-lhe uma correcção relativamente à percentagem de estrangeiros que entram pelas fronteiras do Alentejo. É que os 20% de estrangeiros que referiu não entram só por essas fronteiras, mas também pela do Marvão. Daí que Marvão esteja excepcionalmente mal aproveitado, já que, sendo uma fronteira muito bem localizada, tem uma via de acesso perfeitamente obsoleta, como referi na minha intervenção.

Por outro lado, aquilo que não disse, mas que queria que ficasse subjacente — e ainda bem que me deu oportunidade de o frisar — refere-se à aprovação de um novo PIDR.

Obviamente que tive de congratular-me com a aprovação deste PIDR. Não quero partidarizar este plano integrado, pois, como disse, ele resultou de um estudo cuidado. Simplesmente, tenho de congratular-me pelo facto de o meu governo ter, sem delongas, aprovado este plano, dotando-o de 50 milhões de contos e nomeando imediatamente o presidente da comissão coordenadora.

Analisando o PIDR, creio que ele irá fazer frente a todas aquelas preocupações a que fiz referência e que o Sr. Deputado também sente como deputado eleito por aquele círculo. Estou convencido disso e daí ter dito que para nós, Alentejanos, se abriu uma porta para o progresso. Penso, portanto, que ele é útil.

Estou de acordo consigo quando diz que o distrito de Portalegre, nomeadamente o conselho de Elvas, tem grandes e fabulosas potencialidades turísticas e outras. Diria que se deve ter mais cuidado em prender à região o turista que entre e não chegarmos, por exemplo, a Marvão e imediatamente encontrarmos no posto de turismo a indicação para Fátima, para Leiria, para Buçaco ou para Sesimbra. É preciso que se indique aí, logo à entrada, que no distrito de Portalegre, nos concelhos que o compõem, existe muito para ver, existe muito para dar aos estrangeiros e até aos Portugueses, pois estou convencido de que se os Portugueses conhecessem melhor o nosso distrito possivelmente ele já estaria desenvolvido há mais tempo.

Congratulo-me que esteja de acordo com esta posição, que julgo ser aquela que a Câmara deveria assumir.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, aproveito esta ocasião para vos transmitir alguns avisos.

Assim, o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Equipamento Social e Ambiente convoca os Srs. Deputados que fazem parte da referida Comissão para a

reunião que se realiza na sala do Conselho de Ministros no próximo dia 9 de Maio, pelas 10 horas e 30 minutos.

O Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão Eventual de Inquérito ao Acidente de Camarate convoca os Srs. Deputados que fazem parte da referida Comissão para a reunião que se realiza na sala do Conselho de Ministros no próximo dia 8 de Maio, pelas 15 horas.

O Ex.^{mo} Sr. Coordenador da Subcomissão para o Estudo da Criação de Novos Municípios, Freguesias, Vilas e Cidades convoca os Srs. Deputados que fazem parte da referida Subcomissão para a reunião que se realiza na sala n.º 250-K no próximo dia 8 de Maio, pelas 17 horas e 30 minutos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa da Costa.

O Sr. Barbosa da Costa (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de mais, cumpre-me agradecer ao CDS a cedência do tempo necessário para a produção desta intervenção.

O rio Douro tem uma origem, um percurso e um destino dramáticos.

No esclarecido dizer de Torga: «No Portugal telúrico e fluvial não se conhece outro drama assim feito de carne e sangue», constituindo o «Douro, rio e região, a realidade mais séria que temos [...]». No Verão, um calor de forja caldeia o xisto e transforma a corrente numa alucinação de lava a mover-se; no Inverno, até os olhos das videiras choram de frio.»

Este ambiente natural, a um tempo, hostil, possui uma beleza que provoca o êxtase.

As águas deste rio que «começa e acaba em calvário» com a sua pureza original e originante foram, ao longo dos tempos, uma fecunda fonte geradora de vida.

Riqueza que o homem duriense, num diálogo único com o seu rio, foi capaz de arrancar ao chão árido e hostil.

O homem comprehende o rio, pois este «simboliza a existência humana e o seu fluir com a sucessão de desejos, de sentimentos e de intenções e a variedade dos seus desvios».

Mas alguns homens estão a matar o rio. Ainda em terras de Espanha, Sayago é sinónimo de temor, de tragédia, de morte. Contudo lá está à espreita, esperando esclerosar esta nossa artéria de irrigação.

Vilas e cidades fizeram dele vazadouro de incúrias, desencantos e irresponsabilidades.

O homem do Douro, de seu nome Araújo Correia, afirmava já, em 1961, que o rio Douro já foi poético, questionando a seguir: «Não haverá por aí quem possa ressuscitar o nosso rio Douro?»

Moribunda a beleza e a vida pela mão irresponsável da poluição, deixou de fertilizar, de veicular e de encantar.

E os homens que se recreavam nas suas areias, mercê da voragem insaciável de muitos, com a conivência de outros, fugiram para o mar, informe e enorme.

A busca de fontes de energia tornou ainda mais penoso o seu existir.

E o resultado é duro e cruel. «As populações que nele e dele nasceram são hoje praticamente obrigadas a viver de costas para ele; porque a bacia do Douro está hoje gravemente atingida no seu equilíbrio ecológico.»

E aí está o homem duriense a comungar, sem o querer, do destino do seu rio que, no dizer de Torga poeta:

Correndo, como corre,
um dourado caudal
de sofrimento
correndo sem saber
se avança ou se recua
correndo sem correr
o desespero nunca desagua.

Por tudo isto era preciso parar, meditar e reflectir.

Assim nasceu o 1.º Congresso Internacional sobre o Rio Douro, promovido pelo Gabinete de História de Vila Nova de Gaia e patrocinado pela autarquia local.

De 25 de Abril a 2 de Maio cerca de 300 especialistas, de saberes diversos e de origens várias, portugueses, espanhóis e franceses, debateram mais de 150 comunicações, em todas as áreas do conhecimento, sobre a bacia do Douro, desde a literatura à engenharia, da vitivinicultura à hidráulica, da biologia à história, da ecologia à agricultura, da arqueologia ao turismo, do meio ambiente à etnografia.

Foi também por causa do homem que vive à montante, e que aspira e tem direito a usufruir da mesma qualidade de vida do homem litorâneo, que o Congresso se realizou.

Por isso o Congresso não foi apenas um *forum* onde se encontraram estudiosos que buscaram razões, apontaram caminhos, definiram critérios, estabeleceram regras.

Foi o homem todo e todos os homens, participantes da realidade cultural que é o Douro, a presidir a esta jornada de reflexão.

Homem que pretende que a comunidade celular de que é sujeito se una factualmente às outras comunidades comungantes da mesma vivência.

Homem ansioso pela concretização efectiva da promessa, mil vezes repetida e permanentemente esquecida, da sua navegabilidade, que lhe permita escoar as riquezas dolorosamente arrancadas à terra ciosa.

Neste contexto, Vila Nova de Gaia assumiu responsávelmente este acto de cidadania.

A cidade só existe de facto se cria espaços de reflexão, alimenta a comunhão do saber, permite a mostra das diversas expressões de arte, enfim, é factor determinante na criação de cultura. Cultura que não se situa no etéreo, antes se radica no quotidiano para o tentar transformar, abrindo perspectivas que só ela possibilita.

Face ao empenhamento dos congressistas, os objectivos propostos foram plenamente atingidos e ainda graças à acção e colaboração das universidades portuguesas, espanholas e francesas, dos governos civis e grande número de câmaras municipais da bacia duriense, de numerosos arquivos, bibliotecas e museus, instituições públicas e privadas e das mais diversas associações.

Os contributos apresentados, na área das ciências humanas e sociais, ao evidenciarem a diversidade, matizes e personalidades de carácter regional e local, não deixam de mostrar uma forte unidade, desde os primeiros tempos da ocupação humana na região, em torno da grande realidade natural que o rio Douro constitui.

Foram abordados temas e aspectos de carácter económico-social e cultural, que representam uma etapa decisiva para o conhecimento da região.

Tal contributo permite o esclarecimento de questões de permanente actualidade.

Os trabalhos apresentados, na área das ciências exactas e da natureza, permitiram o tratamento de questões essenciais sobre o meio ambiente e protecção da natureza através de estudos especializados sobre biologia, hidrologia e piscicultura e expressam a pujança natural da bacia duriense e as suas vicissitudes resultantes do progresso económico e social, de que surgiu um conjunto de directivas para a elaboração de projectos novos ou para a correcção dos projectos em curso, a fim de que se respeitem o equilíbrio e a valorização da região e os interesses dos seus habitantes.

Deste conjunto ressaltam as intervenções sobre a navegabilidade do rio, a produção de energia e os cuidados com o saneamento básico e o seu impacte ambiental, bem assim como a precaução a ter com a defesa da fauna e flora indígenas.

Na área da literatura e artes, lembrou-se a necessidade de as povoações ribeirinhas restabelecerem o diálogo frontal e directo com o seu rio, reatando laços fraternos entre ambas as margens, razão de ser da sua fixação.

Foi esta uma das boas razões que levou os congressistas a deslocarem-se à Régua e a Vila Real, onde, durante dois dias, apresentaram importantes comunicações e dialogaram com a realidade local.

Se os poetas e prosadores de ontem e de hoje, inspirados no mistério da perene mutabilidade do Douro, se fixaram na contemplação da paisagem e das gentes, não esqueceram a defesa do rio e a dos seus afluentes, através da congregação de esforços de todas as entidades públicas e privadas, para além do esforço individual.

Porque julgo que a esta Câmara cabe uma grande responsabilidade no destino comum de todo o território nacional, irei transmitir as conclusões e propostas aprovadas:

O 1.º Congresso Intenacional sobre o Rio Douro só atingirá a sua plena eficácia através da proposta das resoluções de aplicação concreta ao poder central e local, bem assim como a todas as instituições públicas e privadas intervenientes na região, que a seguir se apresentam:

Negociações entre os Estados Português e Espanhol sobre o projecto da central nuclear de Sayago, cujo funcionamento, a verificar-se, teria profundas implicações negativas na qualidade de vida e na sociedade e economia do rio Douro em ambos os países;

Aceleração dos projectos de um correcto saneamento básico nas povoações do Vale do Douro e seus afluentes, com a obrigatoriedade da existência de centrais de tratamento para que não seja posta em causa a qualidade da água, que deve ser objecto de um permanente controle de qualidade; Salvaguarda da fauna e da flora características da região, nomeadamente através da criação de mecanismos que impeçam a proliferação de focos e agentes poluidores e da demarcação de parques naturais;

Incremento da acção pedagógica e fiscalizadora junto das populações, no sentido de um uso comedido e racional de pesticidas, fertilizantes e outros produtos químicos;

Aproveitamento correcto dos recursos hídricos e energéticos, que deverão ter como prioritária a produção agrícola da região, nomeadamente os vinhos, principal produto de exportação do País;

Planeamento da industrialização urgente da região no respeito pela natureza, pelo estilo de vida e património cultural das terras e das gentes;

Defesa intransigente da qualidade e características genuínas dos seus vinhos, a partir da produção, que representam um peso importante na balança de transacções comerciais de Portugal com os seus parceiros;

Activação da exportação de frutos e seus derivados e de outros produtos agrícolas em condições de boa qualidade, fácil escoamento e comercialização;

Efectivo e rápido incremento do projecto de navegabilidade do Douro, factor determinante para o desenvolvimento económico da região, para o relacionamento sócio-cultural das diferentes comunidades e para um aproveitamento correcto das potencialidades turísticas existentes e deficientemente aproveitadas, designadamente a reactivação do barco rabelo, elemento emblemático do rio Douro e da região;

Urgente melhoria dos acessos ferro-rodoviários, que complementarizam a estrada natural que o Douro constitui.

Tendo em conta um aproveitamento integral da rede ferroviária existente, urge modernizar e reabrir troços inactivos ou subaproveitados, que a experiência demonstrou serem absolutamente necessários;

Reanimação de vias tradicionais de comunicação, que serão elo importante entre os povos dos dois países ibéricos;

Devolução à região dos mecanismos político-administrativos que possibilitem uma regionalização eficaz e uma descentralização necessária e que não utilizem o rio Douro como limite entre a região norte e a região centro.

Necessidade de coordenação entre os organismos públicos centrais e locais, económicos e culturais em torno dos projectos em curso ou a implementar para que se verifique um desenvolvimento harmónico;

Necessidade de as autarquias e as instituições intervenientes no processo de desenvolvimento da região deverem rodear-se de técnicos especializados, empenhados e motivados na realidade circundante, de forma a travar a degradação e o não aproveitamento sistemático da paisagem, do meio, dos recursos naturais, culturais, sociais e humanos;

Apoio consequente à investigação, preservação e divulgação do património arqueológico, histórico, etnográfico e construído;

Assunção das responsabilidades do Estado numa região tão esquecida quanto apetecida, já que o poder autárquico tem promovido, patrocinado e apoiado importantes

- projectos culturais, extravasando muitas vezes as suas competências e possibilidades financeiras;
- Colocação dos trabalhos apresentados no Congresso junto das populações a quem dizem respeito, através dos meios julgados convenientes;
- Incentivo à acção da juventude para a resolução dos problemas e usufruto das benesses do Douro através de uma acção pedagógica exercida junto das escolas e outras instituições vocacionadas para as camadas mais jovens;
- Divulgação, de forma incidente, dos trabalhos apresentados através dos órgãos de comunicação social, nacional e regional;
- Criação de uma Associação de Amigos do Rio Douro.

Este Congresso deverá ter uma periodicidade trienal e a sua segunda edição deverá realizar-se em território do Douro espanhol.

A serem concretizados os objectivos subjacentes a estas conclusões, também a região duriense se integrará na CEE, por direito próprio, através do seu rio, que assim será de novo, como já o foi noutras eras, uma verdadeira estrada da Europa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Congresso sobre o Rio Douro atingiu o fim da sua primeira etapa.

Todos os durienses pretendem que o Douro seja de novo criador de vida.

Cabe, agora, ao poder constituído dar corpo a esse legítimo anseio.

Ainda, na esteira de Torga, é preciso «transformar cada ravina em parapeito de esperança e cada bagada de suor em gota de docura» e que de «cachão em cachão o mosto continue correndo no seu leito de pedra».

Aplausos do PRD, do PSD, do PS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Inscreveu-se, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Manuel Moreira.

Informo-o, contudo, de que o Sr. Deputado Barbosa da Costa já não dispõe de tempo para responder e, por outro lado, o Sr. Deputado Jardim Ramos, do PSD, também está inscrito para intervir, dispondo o PSD de apenas três minutos.

O Sr. Jardim Ramos (PSD): — Só vou utilizar um minuto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — De qualquer modo, como disse, o PRD já não tem tempo..

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Nesse caso, Sr. Presidente, vou utilizar apenas um minuto e concedo o outro ao Sr. Deputado Barbosa da Costa.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Sr. Deputado Barbosa da Costa, não queria deixar passar esta oportunidade sem, em nome da minha bancada, me congratular com a realização deste importante Congresso Internacional sobre o Rio Douro e dizer que julgo que os Portugueses, e neste caso os homens que vivem na bacia do Douro, prestaram um importante contributo

ao realizarem este Congresso, pois penso que conseguiram fazer uma reflexão profunda acerca de uma potencialidade que o nosso país tem.

Muitas vezes dizemos que somos um país pobre e atrasado, mas julgo que ainda temos muita riqueza no nosso interior. Contudo, não temos sabido aproveitar as nossas próprias potencialidades e o rio Douro é uma dessas grandes potencialidades de Portugal que não tem sido devidamente aproveitada.

Penso que os congressistas que reuniram durante uma semana em Vila Nova de Gaia conseguiram dar um contributo válido para que essa estrada fluvial local, regional, nacional e até internacional possa ser devidamente aproveitada no campo económico, social e cultural, com vista ao desenvolvimento regional e do nosso país.

Por isso, congratulo-me por o Sr. Deputado Barbosa da Costa ter trazido este tema a esta Câmara e, através dela, ter feito eco, perante o Governo constituído e a opinião pública, das importantes conclusões deste Congresso para que, daqui para a frente, todos nós saibamos aproveitar e implementar essas conclusões, a fim de que possamos explorar efectivamente todas as potencialidades do rio Douro, que julgo serem muito importantes para o futuro da nossa geração e das vindouras.

Aplausos do PSD e do PRD.

O Sr. Presidente: — Embora não lhe tenha sido dirigido um pedido de esclarecimento propriamente ditô, concedo-lhe a palavra para responder, Sr. Deputado Barbosa da Costa.

O Sr. Barbosa da Costa (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero congratular-me com esta adesão àquilo que foi aqui afirmado na intervenção que produzi.

Espero que todos os partidos, e especialmente os deputados que vivem ao longo da bacia do Douro, se congreguem à volta deste projecto, pois o Congresso do Rio Douro só terá eficácia se der cumprimento às propostas apresentadas, e cabe-nos a nós, enquanto órgão deliberativo, ao Governo, enquanto órgão executivo, e às diferentes câmaras municipais sediadas ao longo da bacia duriense corresponder aos anseios manifestados por todos os congressistas.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — É que há pouco também me inscrevi para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Barbosa da Costa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Exacto. Simplesmente o PCP já não dispõe de tempo, Sr.ª Deputada.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Junqueiro, dispondo de três minutos para o efeito.

O Sr. Raul Junqueiro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou produzir uma curta intervenção para chamar a atenção da Assembleia da República para a grave situação da serra do Caramulo e para a necessidade de se tomarem medidas que ataquem os

problemas existentes e satisfaçam as carências fundamentais da população e das actividades económicas locais.

Trata-se de uma situação que não pode ser tolerada por mais tempo. Doze anos após o 25 de Abril não é aceitável que se continue a ignorar a contínua degradação da qualidade de vida da população local, o desemprego, a angústia e a miséria que pairam sobre muitas famílias, a satisfação de necessidades básicas em sectores diferenciados, desde a educação à saúde, desde os transportes à habitação.

Isto para não falar da falta de apoios e de estímulos à fixação de actividades económicas agrícolas, comerciais, turísticas e mesmo industriais; ou na total ausência de um esforço de formação e reconversão profissionais, indispensáveis às mudanças significativas ocorridas com o desaparecimento de actividades tradicionais, como, por exemplo, as relacionadas com os sanatórios.

A população da serra do Caramulo, obtida a liberação das grilhetas de um certo feudalismo que o antigo regime ajudou a instalar, tem de ser apoiada com firmeza e convicção por todos aqueles que detêm responsabilidades políticas aos diversos níveis.

Como deputado eleito pelo distrito de Viseu, onde se integra a esmagadora maioria da população da serra do Caramulo, não posso deixar de lhe reafirmar a minha profunda solidariedade e de exprimir o meu mais veemente protesto pela situação actual.

Tiva já ocasião, através da utilização das formas regimentais adequadas, de procurar obter do Governo resposta para algumas das carências que mais afectam esta população.

Não posso, contudo, deixar de frisar uma das que considero mais gritantes: a falta de uma escola secundária no Caramulo.

Já em Fevereiro de 1981 as juntas de freguesia da serra reclamavam do então Ministro da Educação a instalação de tal escola.

Os jovens serranos, na ausência deste estabelecimento de ensino, são obrigados (os que podem) a procurar alternativas em localidades distantes.

A maior parte deles levantam-se entre as 5 e as 6 da madrugada, a fim de percorrerem, em autocarro, diariamente, por estradas muitas vezes em estado lastimável, distâncias que variam entre os 38 km e os 80 km, para além de terem necessidade de efectuar, a pé, uma média de 6Km até aos locais de partida dos autocarros. Isto para não falar das temperaturas gélidas, características da zona, durante grande parte do ano.

De acordo com estudos técnicos do próprio Ministério da Educação, bastariam três anos para que a escola secundária do Caramulo ficasse paga, se atendermos ao dispêndio a que a utilização dos autocarros obriga.

Resta acrescentar que a população nem sequer pede um edifício novo para a escola, já que no local existem instalações razoáveis, pertencentes a um antigo colégio, agora desactivado.

Apesar da gravidade do assunto, apesar da falta de rendimento escolar que uma situação deste tipo fatalmente origina, apesar do convite implícito ao absentismo, os sucessivos Ministros da Educação têm-se mostrado de uma insensibilidade chocante.

E mais grave ainda, foi entretanto autorizada a criação de outras escolas no concelho de Tondela, em locais distantes da serra, mais protegidos porventura por razões de outra índole.

As promessas e mesmo alguns despachos não faltam.

Mas a verdade é que os anos passam, a situação mantém-se e a população da serra do Caramulo continua a sentir angustiadamente a ausência de mais uma infra-estrutura vital para o seu desenvolvimento económico e social.

Estaremos atentos a este problema e hoje mesmo apresentamos um requerimento ao Sr. Ministro da Educação solicitando informação sobre o arranque do projecto da criação da escola secundária do Caramulo e datas previstas para a respectiva conclusão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Terminei, citando as palavras recentemente escritas pelo presidente da Junta de Freguesia do Guardão, Maximino Conde Passos, dirigidas ao Sr. Primeiro-Ministro. No seu estilo próprio, simples, digno e frontal, diz ele ser preciso que «todos os homens de boa vontade, pobres ou ricos, ponham de parte as questões pessoais ou políticas e trabalhem para o progresso desta terra maravilhosa que é o Caramulo, para que todos os seus filhos voltem a ter emprego e alegria de viver».

Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jardim Ramos, que dispõe de um minuto.

O Sr. Jardim Ramos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com a inclusão de um artigo novo no Orçamento do Estado para 1986, votado nesta Assembleia favoravelmente pelo PRD, pelo PS e pelo PCP, foi criada uma verdadeira inconstitucionalidade. Para obviar aos efeitos desta inconstitucionalidade, os deputados sociais-democratas pela Região Autónoma da Madeira vão apresentar um projecto para que se eliminate essa inconstitucionalidade.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — É para solicitar à Mesa que, perante a gravidade desta afirmação e apesar de o meu grupo parlamentar já não dispor de tempo, me seja concedida a palavra para um protesto.

O Sr. Presidente: — A Mesa só o pode fazer se a Câmara não se opuser, já que todos os partidos esgotaram os respectivos tempos.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Compreendo e respeito a posição de V. Ex.º, Sr. Presidente, que é a regimental. Só pediria a atenção da Câmara para o facto de esta Assembleia ter sido acusada de ter cometido uma inconstitucionalidade numa votação que fez, que é um voto da Assembleia da República, sendo os grupos parlamentares vencidos nessa votação tão solidários com ela como aqueles que obtiveram a maioria.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado está a usar da palavra sem o consentimento da Mesa.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Então, peço que me conceda a palavra para um protesto.

O Sr. Presidente: — Só lhe posso dar a palavra para um protesto se nenhuma bancada se opuser, porque os tempos estão todos esgotados. Há alguma bancada que se oponha?

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cardoso Ferreira.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sinto-me mal a recordar ao Sr. Deputado Magalhães Mota que, de facto, não é regimental protestar nesta altura e, sinceramente, opomos-nos a que isso aconteça.

O Sr. Presidente: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, creio que, independentemente da fórmula regimental invocada e designadamente de esta parecer mal ao PSD, estou perfeitamente disponível para admitir uma outra — uma outra, repito. Creio que seria mau que não se concedesse aos diversos grupos parlamentares a possibilidade de exprimirem os seus pontos de vista — brevemente que seja — sobre a questão suscitada pelo Sr. Deputado Jardim Ramos, não a título de análise de fundo, que não teria lugar aqui, naturalmente, mas a título de uma primeira análise, como é normal. De contrário, bem receio que, daqui a poucos minutos, começemos todos a defender a honra.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — O que parece mal é lembrar o Regimento ao Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, todos os partidos esgotaram os seus tempos. Portanto, a Mesa só pode permitir que se continue no período de antes da ordem do dia, fazendo protestos, desde que o Plenário esteja de acordo.

Há alguma objecção?

Pausa.

Então, Sr. Deputado Magalhães Mota, tem a palavra para o seu protesto.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Não, Sr. Presidente. Tanto quanto percebi — e sublinho perceber — a bancada do PSD não está de acordo em que eu possa exercer hoje o meu direito de protesto, pelo que pediria à Mesa que — sublinhando esta discordância — me reserve a palavra para protestar na próxima reunião.

Aplausos do PS, do PRD e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, era para lhe pedir que sondasse os grupos parlamentares no sentido de saber se entendem que, a outro título que não o protesto, especificamente, se pode rapidamente e de imediato tecer duas ou três observações

sobre as considerações do Sr. Deputado Jardim Ramos. Se a bancada do PSD mantiver a mesma posição inflexível que agora exprimiu em relação a esta matéria...

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Defende a honra?

O Orador: — Naturalmente que não defenderei a honra, porque são 18 horas e 10 minutos e tal não me parece propositado. Às 18 horas e 15 minutos, talvez isso me pareça propositado...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Cardoso Ferreira já confirmou que a bancada do PSD mantém a mesma posição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cardoso Ferreira.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, a questão está regimentalmente delimitada, como o Sr. Presidente muito bem a apresentou, e o Sr. Deputado Magalhães Mota também já fez a sua inscrição nos termos regimentais adequados. Se outros Srs. Deputados entenderem fazer, sob a forma de «entorse» ao Regimento, as suas declarações, isso estará na mão de cada um. Nós continuamos, naturalmente, a oponos a qualquer outra forma que não seja a regimental adequada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCP não vai, obviamente, entortar o Regimento. Portanto, solicitava a V. Ex.^a a nossa inscrição para protestar sobre esta matéria na próxima reunião do Plenário, no período de antes da ordem do dia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Fica inscrito, Sr. Deputado. Entretanto, antes de continuarmos os nossos trabalhos, aviso a Câmara, no sentido de que o Ex.^{mo} Sr. Coordenador da Subcomissão de Pescas convoca os Srs. Deputados que fazem parte desta Subcomissão para uma reunião no próximo dia 14, às 10 horas, e o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Mar convoca os membros daquela Comissão para uma reunião no próximo dia 8 de Maio, pelas 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Peço a palavra para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Peço desculpa por utilizar esta fórmula, mas interpelo a Mesa para anunciar que recebemos a notícia triste da morte de Gaston Deferre, grande figura da política francesa. Foi um grande resistente, candidato à Presidência da República, Ministro e dirigente do Partido Socialista Francês, um amigo de todas as horas dos socialistas e dos democratas portugueses em geral. Queria pedir ao Sr. Pre-

sidente que, em nome da Assembleia, exprimisse as nossas condolências ao Presidente da Assembleia Nacional Francesa.

A França perdeu uma grande figura e Portugal perdeu um grande amigo.

O Sr. Presidente: — Desde que não haja objecções por parte de alguma bancada, naturalmente, a Mesa acederá à sugestão do Sr. Deputado Manuel Alegre.

Como não há, assim se fará.

Passo a comunicar aos Srs. Deputados outras convocações para reuniões de Comissões: o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão Eventual do Orçamento da Assembleia da República convoca os Srs. Deputados que fazem parte da referida Comissão para uma reunião que se realiza no dia 8 de Maio, pelas 11 horas. O Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão Eventual de Inquérito sobre Timor-Leste convoca os Srs. Deputados que fazem parte da referida Comissão para uma reunião, que se realiza na sala n.º 251-C, no próximo dia 9 de Maio, pelas 11 horas, e o Ex.^{mo} Sr. Coordenador da Subcomissão para o Estudo dos Projectos de Lei sobre Baldios convoca os Srs. Deputados que fazem parte da referida Subcomissão para uma reunião, que se realiza na sala n.º 250-K, no próximo dia 8 de Maio, pelas 11 horas e 30 minutos.

Srs. Deputados, chegámos ao fim do período de antes da ordem do dia, pelo que passamos ao período da ordem do dia, que é a continuação da discussão da proposta de lei n.º 18/IV e do projecto de lei n.º 28/IV (PS), sobre incêndios florestais.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Antes de entrarmos na discussão que anunciei, o Sr. Secretário vai proceder à leitura e votação de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Secretário (Maia Nunes de Almeida):

Relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos

Em reunião realizada no dia 7 de Maio de 1986, pelas 17 horas, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

Solicitada pelo Partido Socialista:

Mário Nunes da Silva (círculo eleitoral de Lisboa) por Augusto Martins Ferreira do Amaral. Esta substituição é pedida por um período não superior a dois anos, a partir do dia 1 de Maio corrente, inclusive.

Solicitadas pelo Partido Comunista Português:

António Joaquim de Azevedo Ferreira Lopes (círculo eleitoral de Braga) por José Manuel de Melo Antunes Mendes. Esta substituição é pedida por um período não superior a seis meses, a partir do dia 4 de Maio corrente, inclusive.

Maria Alda Barbosa Nogueira (círculo eleitoral de Lisboa) por José Manuel Santos de Magalhães. Esta substituição é pedida por

um período não superior a seis meses, a partir do dia 5 de Maio corrente, inclusive.

António Joaquim Gervásio (círculo eleitoral de Évora) por António José Monteiro Vidal Amaro. Esta substituição é pedida por um período não superior a seis meses, a partir do dia 5 de Maio corrente, inclusive. Jaime dos Santos Serra (círculo eleitoral de Coimbra) por João Carlos Abrantes. Esta substituição é pedida por um período não superior a seis meses, a partir do dia 5 de Maio corrente, inclusive.

Álvaro Barreirinhos Cunhal (círculo eleitoral de Lisboa) por Octávio Augusto Teixeira. Esta substituição é pedida por um período não superior a seis meses, a partir do dia 7 de Maio corrente, inclusive.

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concorrentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: Secretário, José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Daniel Abílio Ferreira Bastos (PSD) — António Roleira Marinho (PSD) — Henrique Rodrigues da Mata (PSD) — Carlos Manuel Natividade da C. Candal (PS) — Carlos Manuel Luís (PS) — Mário Manuel Cal Brandão (PS) — Joaquim Carmelo Lobo (PRD) — Carlos Alberto Correia Rodrigues Matias (PRD) — José Magalhães (PCP) — José Manuel Antunes Mendes (PCP) — António José Borges de Carvalho (CDS).

O Sr. Presidente: — Vamos votar.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para conhecimento do Plenário informo que, além dos tempos atribuídos inicialmente, foram concedidos mais dez minutos ao Partido Socialista e mais cinco minutos a cada um dos restantes grupos parlamentares.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guedes de Campos.

O Sr. Guedes de Campos (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os fogos florestais atingiram nos últimos anos uma extensão de tal maneira grande que se tornaram numa calamidade, que preocupa todo o País e a todos nós. Por isso mesmo, o PRD aprecia muito positivamente todas as iniciativas legislativas que visem minorar esta calamidade, embora tendo a noção de que a complexidade do problema e as múltiplas causas dos

fogos florestais só serão resolvidas com medidas de política florestal global que combatam, na sua globalidade, todas as razões e condicionalismos que determinam esta calamidade.

Estão hoje em discussão uma proposta apresentada pelo Governo e um projecto apresentado pelo Partido Socialista. Sobre a proposta apresentada pelo Governo outros deputados do PRD intervirão, pelo que abordarei unicamente o projecto apresentado pelo Partido Socialista.

Independentemente de termos dúvidas quanto à eficácia de alguns dos mecanismos previstos neste projecto de lei, há duas questões que para nós são prévias em relação à apreciação, na generalidade, deste projecto de lei.

Este projecto de lei apresentado pelo Partido Socialista visa, no fundo, recolocar em vigor o Decreto-Lei n.º 368-A/83, sendo, no entanto, o projecto apresentado agora mais drástico do que o decreto-lei que esteve em vigor. E é mais drástico porque, desde logo, no seu artigo 1.º, o decreto-lei que referi condicionava a exportação da matéria-prima lenho de pinheiro, quer em toro quer em estilha, enquanto o projecto apresentado agora pelo Partido Socialista não condiciona, proíbe a exportação da matéria-prima lenho, sem especificar se é de pinheiro ou se é de outras espécies florestais. Este projecto é pois, neste aspecto, bastante mais drástico, mais restritivo, mais conciso, se se quiser, do que o decreto-lei que esteve em vigor e que este projecto procura recolocar, na sua substância.

No entanto, o percurso do Decreto-Lei n.º 368-A/83 levanta-nos as duas objecções que indiciei. E essas objecções têm a ver com o facto de, logo após a entrada em vigor deste decreto-lei, ter sido requerida, por diversas associações de industriais ligadas ao sector, a declaração de inconstitucionalidade do decreto-lei. O processo de declaração de inconstitucionalidade seguiu os seus trâmites, mas nunca o Tribunal Constitucional se pronunciou, porquanto, posteriormente — aquando da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 101/85 e do Decreto-Lei n.º 3/86 —, aquele decreto-lei deixou de estar em vigor e, por isso, o Tribunal Constitucional entendeu já não ser oportuno pronunciar-se.

No entanto, como o projecto de lei apresentado pelo Partido Socialista recoloca substancialmente a filosofia e o articulado do decreto-lei em causa, levantam-se novamente dúvidas quanto à sua inconstitucionalidade, nomeadamente porque no projecto ora apresentado se proíbe a exportação e se abre, a seguir, a possibilidade de, excepcionalmente, ela se poder efectuar — ainda que só quando excepcionalmente autorizada — através de cooperativas ou de empresas públicas, restringindo sempre o acesso a esta actividade por parte do sector privado.

Sendo certo que ao sector privado não está constitucionalmente vedada a intervenção económica na exportação destes materiais, parece, pois, levantar-se — ou poder levantar-se — a questão da inconstitucionalidade em relação a este projecto do Partido Socialista.

Por outro lado, dado que o Decreto-Lei n.º 3/86, que incide sobre esta matéria, entrou em vigor, levantam-se também a questão da incompatibilidade entre este mecanismo de proibição de exportação com princípios comunitários e, portanto, com obrigações internacionais que o País tem; daí também a necessidade de se aprofundar a análise desta incompatibilidade.

Por estas razões, o PRD teve oportunidade, em reunião da Comissão de Agricultura, de expressar o seu desejo de que, antes da votação na generalidade deste projecto de lei apresentado pelo Partido Socialista, fossem consultadas a Comissão de Integração Europeia e a Comissão de Assuntos Constitucionais, no sentido de procurar sanar, à partida, estas dúvidas que foram levantadas e que, a terem razão de ser e caso a Assembleia aprovasse este projecto de lei, criariam dificuldades na discussão na especialidade e na votação final global. Assim, o PRD procurou que se ultrapassassem as dúvidas sem se pôr em causa a bondade da própria filosofia deste projecto de lei do PS, com o qual, repito, em termos de grandes objectivos, o PRD estará de acordo.

Por isso, e neste momento, o PRD reitera o seu desejo de que, antes da votação na generalidade, possam ser consultadas as duas comissões referidas, de modo que a Assembleia, reunida em plenário e quando votar na generalidade, já não esteja condicionada pelas dúvidas que neste momento existem.

Aplausos do PRD e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Andrade Pereira.

O Sr. Andrade Pereira (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados: O número e a extensão dos fogos florestais no nosso país têm aumentado assustadoramente nos últimos anos.

No passado ano de 1985, os números agigantaram-se. No período de Julho a Outubro, os bombeiros acorreram a 23 589 incêndios em florestas e matas, arderam cerca de 200 000 ha de povoamento florestal e mato, perderam a vida 16 bombeiros e os prejuízos elevaram-se a mais de três milhões de contos, para além da perda de um património natural que só o decurso de décénios reparará.

Não podemos esquecer o espectáculo dantesco das chamas alterosas que, iluminando a noite, lambiam as encostas dos montes, ali bem perto da Guarda e por todo o distrito. E o verde das encostas era carvão e desolação no dia seguinte.

Aconteceu isto ainda em plena campanha eleitoral das últimas legislativas. Não surpreende por isso que os candidatos a deputados pelo CDS no círculo da Guarda tenham escrito no seu «manifesto eleitoral» que se propunham, além do mais, «estudar e propor legislação tendente a reduzir o número de incêndios nas matas — um flagelo que tanto tem prejudicado o parque florestal do distrito». Propósitos idênticos anunciaram os candidatos do CDS por outros distritos, com particular relevância para o distrito de Viseu.

A proposta de lei n.º 18/IV é, de algum modo, uma antecipação de uma parte dos nossos propósitos e, por isso, merece, obviamente, a nossa aprovação na generalidade.

Não é que estejamos convencidos que o problema do número e extensão dos incêndios florestais no nosso país se resolva só com o proposto agravamento das sanções penais aplicáveis aos incendiários, quer dolosos quer negligentes.

Muitos outros aspectos, desde a orientada educação da população até à prevenção e atempada detecção dos incêndios, importa considerar. Sem esquecer o importantíssimo papel dos bombeiros — esses sacrificados

«soldados da paz» que os incêndios florestais obrigam a um esforço excessivo, que determina situações de desânimo e esgotamento. A sociedade tem uma enorme dívida de gratidão para com esses homens generosos, que, na sua grande maioria, são voluntários (das 445 corporações existentes, apenas 26 são municipais e 36 privadas). Uma parcela dessa dívida será saldada com a aprovação do estatuto social do bombeiro, que é objecto de um projecto de lei que fizemos já chegar à Mesa desta Assembleia e para cuja elaboração contámos com a preciosa ajuda da Liga dos Bombeiros Portugueses e, particularmente, do seu presidente.

Mas a proposta de lei do Governo agora em apreciação é, como já referimos, merecedora do nosso apoio, na sua intenção e no sentido das medidas preconizadas.

Na sua intenção de contribuir para a diminuição do número de incêndios florestais, que têm causado tantos prejuízos directos —em madeira, lenha, resinas, frutos e pastos— e indirectos —na fauna, na degradação dos solos, na alteração do regime hídrico, na desolação ecológica e no empobrecimento paisagístico—, e no sentido das medidas adoptadas com a drástica elevação das sanções aplicáveis aos autores de fogos criminosos e aos agentes de comportamentos desrespeitadores de comandos legais destinados a obviar ao perigo de incêndio, acredita-se que o aumento substancial das sanções possa, pela eficácia da prevenção geral da norma punitiva, funcionar como elemento disuasor de comportamentos que tantas vezes têm estado na origem desse flagelo social, económico e ecológico que são os incêndios florestais.

Está-se consciente de que com as medidas das penas propostas para punir os tipos legais de crime definidos nos artigos 1.º e 2.º da proposta de lei se está a comprometer a unidade e a coerência do sistema penal português. Basta referir que algumas das penas propostas são superiores à pena aplicável ao homicídio voluntário.

Mas não é inédito, quer entre nós quer em legislações penais estrangeiras, que o legislador sinta necessidade de, em determinadas conjunturas específicas e para atacar formas concretas de criminalidade, usar reacções normativas drásticas, que funcionem como uma espécie de «tratamento de choque».

Consideramos, no entanto, dever ponderar-se se na proposta de lei não se terá ido longe de mais.

Propendemos a considerar que, no que toca aos crimes, não deveriam as penas ultrapassar o dobro das actualmente fixadas no Código Penal.

Mas, sobretudo, choca-nos a excessiva amplitude das coimas opostas às diferentes contraordenações.

Mesmo tendo em consideração que, por força do disposto no artigo 17.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, o montante máximo da coima prevista é reduzido a metade no caso de comportamento negligente, não deixa de impressionar-nos que fique entregue ao livre arbitrio de um presidente de câmara municipal a escolha entre 30 contos e 150 contos como coima a aplicar ao cidadão que, distraidamente, acendeu um cigarro numa estrada que atravessa uma mata.

Creamos que os limites máximos das coimas devem ser reduzidos ou, como se crê preferível, devem estabelecer-se critérios objectivos para a fixação da dosimetria das coimas.

Há um aspecto que a proposta de lei do Governo não contempla e que cremos dever ser objecto de apreciação na especialidade, para o que faremos uma proposta de aditamento.

A experiência dos tribunais ensina que, com alguma frequência, se conclui, em julgamento, que o autor do fogo criminoso é inimputável. Posto em liberdade, o piromântico vai, pode ir, no dia seguinte atejar novo incêndio.

Para estes casos, entendemos dever criar-se um normativo que estabeleça a aplicação da medida de segurança prevista no artigo 91.º do Código Penal, consistindo, concretamente, no internamento intermitente e coincidente com a época normal de fogos, tal como é definida no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 55/81, de 18 de Dezembro.

O parecer da Comissão de Agricultura aborda a questão da punição dos autores morais, questão que é, realmente, muito relevante em matéria de incêndios florestais. Por isso, não é raro aparecerem menores, por vezes de tenra idade, como autores materiais de fogos criminosos.

Afigura-se-nos que os princípios gerais plasmados no Código Penal serão suficientes para dar assim o adequado tratamento ao comportamento dos autores morais. Ainda assim, crê-se dever ser ponderado convenientemente, na especialidade, este aspecto.

Enfim, com estas reservas, susceptíveis de serem discutidas e apreciadas em sede de especialidade, o Grupo Parlamentar do CDS votará favoravelmente a proposta de lei n.º 18/IV.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Está também em apreciação o projecto de lei n.º 38/IV, subscrito pelo PS.

O projecto de lei apresentado pelo PS começa com uma nota justificativa que poderíamos e teríamos gosto em subscrever. Trata-se — a nota justificativa — de um documento que reputamos notável, quer quanto ao conteúdo, quer quanto à forma.

Estamos, de facto, inteiramente de acordo em que a floresta «constitui um património básico de primeira importância», em que a floresta cria, ou contribui para criar, importantes pastagens para ovinos e caprinos e em que dá guarida «a uma fauna silvestre rica e diversificada».

Achamos que a floresta é realmente importante no que concerne à «regularização do regime hídrico», o que contribui para «a fertilidade dos solos e para a defesa destes contra a erosão». Consideramos que é importante elemento de «recreio e turismo do cidadão» e estamos inteiramente de acordo com a «necessidade imperativa e urgente deuster a catástrofe incendiária».

Lamentamos, igualmente, que se retire à lavoura «uma das suas mais estáveis e acessíveis fontes de financiamento», pensamos que com os incêndios muito se prejudica a indústria da madeira e também reconhecemos que os incêndios anulam «a apetência dos proprietários ou empresários» para reconverterem ao uso silvícola terrenos que, realmente, estão na margem da possibilidade do aproveitamento florestal.

Por último, aplaudimos que «manda o interesse nacional que se tomem medidas capazes de pôr cobro à situação catastrófica, e anualmente repetida, gerada pelos extensos incêndios que vêm assolando a nossa floresta».

Em suma, trata-se de uma nota justificativa verdadeiramente notável.

Só que *parturit mons ridiculum murem.*

Na verdade, depois de uma nota justificativa que enuncia e elenca alguns dos verdadeiros problemas que se põem com os incêndios florestais, o PS propõe um articulado que, para além de ser ridículo face à grandeza da nota justificativa, começa até por apresentar um remédio que, salvo o devido respeito, sempre seria inadequado para pôr termo aos males que enuncia.

Com efeito, na nota justificativa começa-se por, de algum modo, se insinuar que na origem de alguns fogos criminosos pode estar o desejo de obter material lenhoso — os salvados da floresta queimada — por um preço ridículo, resultante da venda ao desbarato desse mesmo material, exactamente pelo aumento, súbito da oferta como consequência dos incêndios, e depois proíbe-se a exportação de material lenhoso, o que, para além de outro inconveniente que a seguir referirei, faria, com certeza, com que o seu preço baixasse ainda mais.

Por outro lado, a simples circunstância de se estar a proibir *tout court* a exportação do material lenhoso, quer em toro quer em estilhas, pode ser — pela minha parte entendo que é — atentatória das normas do Tratado de Roma, agora que acabámos de aderir à Comunidade Económica Europeia.

Para além disso, o artigo 2.º do projecto de lei do PS é, seguramente, em minha opinião, inconstitucional. Na verdade, constitui uma penosa redução do livre exercício do direito de propriedade, coisa que é tanto mais importante quanto é certo que sabemos que muitas vezes é exactamente à venda dos pinheiros que o pequeno agricultor, que o pequeno proprietário da terra, vai buscar, o dinheiro necessário para pequenos investimentos de que a sua exploração agrícola carece.

Em suma, o rato que é o articulado deste projecto de lei é francamente mau, é francamente imerecedor da nossa adesão e por isso contra ele votaremos.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Figueiredo.

O Sr. Álvaro Figueiredo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Srs. Deputados: Foi presente a esta Câmara, por parte do Governo, uma proposta de lei que agrava as sanções penais aplicáveis em caso de incêndios florestais. Insere-se esta medida legislativa na esteira de outras já tomadas pelo Governo, sobretudo no campo da coordenação das acções de combate, apetrechamento de material e meios de ataque necessários aos incêndios florestais, por parte de bombeiros portugueses. Insere-se, pois, esta medida legislativa também na tentativa de debelar um dos grandes flagelos nacionais que todos os verões, ciclicamente, atormenta os proprietários florestais e delapida e empobrece a economia nacional. Na realidade, Sr. Ministro da Justiça, Sr. Secretário de Estado e Srs. Deputados, face ao que todos os anos se passa, quase podemos, aliás como refere a exposição de motivos da referida proposta de lei, falar em «justificado alarme social», tanta são os prejuízos sofridos, tantas vidas são perdidas e tanto trabalho, muita vezes inglório, mas sempre duro e penoso, é feito pelos bombeiros do nosso país.

Creio, por isso mesmo, ser justificado lembrar nesta Câmara — e, de algum modo, homenagear — o enorme sacrifício que os bombeiros portugueses passam durante todos os verões, dando o melhor de si,

num trabalho árduo e extenuante, em condições de extrema dureza, perdendo tantas vezes a vida na salvaguarda do património florestal, que, apesar de pertencer a cada um dos proprietários florestais do nosso país, pode e deve ser considerado também como dizendo respeito a todos nós, pelos benefícios que traz à colectividade em termos de qualidade de vida de ordem climática e financeira e como factor paisagístico.

Creio, por isso, ser a floresta um bem inestimável que há, a todo o custo, que salvaguardar, não só pela sua função de produtora de matérias-primas, como também pela sobrevivência da fauna e da flora aí associada, como pela erosão que inevitavelmente os solos terão com as agressões a que estão sujeitas.

É, pois, por tudo isto, na nossa óptica, benvinda esta medida legislativa, entendendo-a nós, sociais-democratas, como necessária e oportuna, dado o circunstancialismo exposto, pelo que, nesse sentido, a iremos votar favoravelmente.

As suas implicações de ordem estritamente jurídica foram e vão ser ainda analisadas por um colega de bancada, pelo que a mim me cabevê-la por outro ângulo:

Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Srs. Deputados: É esta matéria dos fogos florais extremamente complexa, dado que contende ela uma enorme gama de circunstancialismos, que vão desde a negligência até à vingança pessoal, desde a ignorância até ao extravazamento de interesses materiais ocultos.

Por isso mesmo, às múltiplas causas que estão na sua base há que, creio eu, opor também outros tipos de actuação, que permitam, de forma perene, debelar com maior profundidade esta calamidade social. Deste modo, permito-me, neste hemiciclo e neste debate, levantar alguma pistas que, de alguma maneira, possam constituir formas de dissuasão à postura dos fogos florestais.

Creio absolutamente indispensável, desde já, a implementação de uma acção pedagógica, sistemática e continuada, a iniciar na escola primária e continuada nos *mass media* de grande audiência, no sentido do culto da árvore e da floresta e da necessidade do absoluto respeito pela sua integridade, ressaltando, sobretudo, para além do seu valor económico, o seu valor intrínseco na qualidade de vida de todos os portugueses.

Todos sabemos também que em certas zonas do País, sobretudo naquelas em que a pastorícia tem a maior incidência, existem, por vezes, enormes fogos que fogem ao controle dos pastores, que os ateiam para fazerem queimadas para a renovação dos pastos para o gado. Ora, através da inventariação sistemática dessas áreas, era possível fazer uma acção, também sistemática, de sensibilização desse mesmos pastores da zona para os malefícios deste tipo de actuação, situação que, creio, levaria, indubitavelmente, a uma diminuição sensível dos fogos originados por esse tipo de actuação.

Por outro lado, um mais eficiente policiamento das áreas críticas nos tempos mais sensíveis, com uma cobertura de postos de vigia mais alargada e estrategicamente melhor colocada, poderia, com a actuação conjugada da Guarda Nacional Republicana, do próprio Exército e das guardas florestais — estes últimos devidamente aumentados em número de efectivos —, constituir, só pela sua presença em vigilância, um elemento dissuasor muito importante para este tipo de

práticas, tantas vezes negligentes como, logo de seguida, criminosas. Todavia, só através de medidas de fundo, de carácter estrutural, na nossa floresta será pensável poder combater, com vantagem, este flagelo.

Sabemos quão pequena é a área que cada proprietário florestal possui em média e sabemos da impraticabilidade que há de, por isso mesmo, criar um ordenamento florestal com áreas mínimas que permitam o estabelecimento da criação de redes viárias florestais, com vista à sua compartimentação, através de linhas de defesa contra fogos, linhas essas que, ao mesmo tempo, deveriam servir de acesso às próprias florestas, devidamente compartimentadas.

Só através do associativismo florestal este tipo de actuação é possível. Daí que seja absolutamente imprescindível a criação de incentivos e estímulos que levem os proprietários florestais a associarem-se, situação que deveria ser acompanhada por uma campanha de sensibilização nesse sentido.

Num programa deste tipo, dado o interesse local que ele reveste, para além dos proprietários e dos serviços florestais, poderia ser pedida também a colaboração das próprias autarquias locais, no sentido da sua divulgação e sensibilização das populações.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Só assim também, através do associativismo florestal, seria possível criar as condições estruturais para uma efectiva limpeza das próprias florestas, em termos rentáveis, através da sua própria mecanização, trabalho esse de fundamental importância na diminuição de intensidade e grandeza dos fogos.

Por outro lado, ao associarem-se na produção os proprietários florestais estavam, desde logo, apetrechados a associarem-se na comercialização dos seus produtos, afastando do circuito muitos dos numerosos intermediários que pululam no sistema e que diminuem a sua rendibilidade, contribuindo assim, também, para a reorganização dos mercados da madeira, situação também necessária e fundamental para a resolução deste problema.

Por último, creio dever ser considerada a necessidade fundamental da intensificação da política de rearborização, única forma que há de, na situação presente, contrabalançar o enorme desgaste que as nossas florestas têm tido através dos incêndios florestais e dos cortes normais a que estão sujeitas.

Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Srs. Deputados: Sem ser exaustivo, quis deixar aqui algumas pistas que podem levar a medidas que, conjugadas com outras já tomadas ou a tomar, conduzam à efectiva diminuição deste flagelo social que são os fogos florestais.

E por isso a presente proposta de lei é mais um passo na tentativa de resolução deste magno problema, não certamente o único mas com certeza um dos que ajudará à sua concretização. Está o Governo certamente consciente desse facto, como esta Assembleia o está também. Por isso, de um lado ou de outro, virá certamente mais um esforço para esse desiderato.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Seabra.

O Sr. José Seabra (PRD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Srs. Deputados: Os diplomas em apreço colocam no centro das nossas preocupações o valor das florestas e as vias para as preservar. A minha intervenção limita-se a esta abordagem e outros companheiros de bancada irão formular considerações sobre os aspectos jurídicos dos referidos diplomas.

As florestas portuguesas constituem uma parte da riqueza para a economia nacional em geral e para as economias das regiões em particular. O seu valor reflecte-se numa entrada de divisas superior a 150 milhões de contos por ano, ou seja, próximo de 20% do valor das nossas exportações; dão emprego a dezenas de milhares de trabalhadores, rendibilizam muitas empresas e sectores económicos, e a superfície ocupada, de cerca de 3 000 000 ha, é bastante expressiva do interesse que nos deve merecer a sua preservação.

O nosso país dispõe ainda, segundo estimativas recentes, de aproximadamente 2 500 000 ha de solos passíveis de aproveitamento florestal de uso múltiplo. Ou seja, a floresta portuguesa pode registar ainda um acréscimo de 83% relativamente à área ocupada actualmente.

Para além da importância directa do nosso património florestal, convém ainda realçar a influência positiva da floresta na regularização do sistema hidráulico, na estabilidade climática, na protecção dos solos contra a erosão, no equilíbrio ecológico, no desenvolvimento das espécies cinegéticas, no aproveitamento turístico, e muitas outras vantagens poderiam ser enumeradas.

Por tudo isto, o Estado tem de proteger eficazmente o sector florestal, tanto mais que o mercado internacional em geral e a CEE em particular são altamente deficitários em matérias-primas provenientes deste sector.

Refira-se a este propósito que Portugal é o único país da CEE que tem um saldo positivo no comércio externo deste tipo de produtos. Dispomos, pois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de recursos que oferecem enormes potencialidades na criação de riqueza.

Porém e lamentavelmente, a floresta portuguesa tem sido palco de milhares de fogos, ateados por mãos criminosas, instadas frequentemente por interesses económicos. Esta calamidade, que já ceifou algumas dezenas de vidas, tem vindo a dizimar progressivamente e inexoravelmente o nosso património florestal.

Assim, enquanto na primeira metade da década de 70 foram queimados cerca de 10 000 ha por ano, passou-se no último ano para aproximadamente 200 000 ha, perdendo-se até agora cerca de 30% da área florestal nacional. A manter-se tal situação, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não temos dúvida em afirmar que o futuro da floresta e das actividades a ela ligadas serão irremediavelmente afectados.

Por estas razões, daremos o apoio a todas as iniciativas legislativas que procurem verdadeiramente conservar e promover a floresta, penalizando todos os que a destroem, sejam eles agentes directos ou instigadores.

Consideramos, contudo, urgente e de primordial importância que outras iniciativas legislativas venham a ser apreciadas e aprovadas, nomeadamente as que visem a promoção e o desenvolvimento florestal, a regulamentação das transacções de terrenos com vocação florestal, o arrendamento florestal, a Lei da Caça e outras.

Só a entrada em vigor de um quadro legislativo com esta amplitude, associado a uma educação cívica pautada pela defesa da floresta e na promoção da utilização da madeira, poderá vir a constituir o vector determinante da implementação de uma política florestal correcta, eficaz e defensora dos interesses nacionais.

Aplausos do PRD e do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Azevedo Gomes, faltam oito minutos para o termo da sessão. V. Ex.^a pensa que a sua intervenção demorará menos do que este tempo?

O Sr. Azevedo Gomes (PS): — Sr. Presidente, a minha intervenção demora bastante mais tempo do que os oito minutos que referiu.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, ficará para amanhã, Sr. Deputado, e terminaremos aqui a sessão de hoje.

A próxima sessão terá lugar amanhã, às 10 horas, não havendo período de antes da ordem do dia, e da ordem do dia constará a continuação do debate sobre a proposta de lei n.º 18/IV e o projecto de lei n.º 38/IV, do PS, sobre incêndios florestais, e a discussão dos diplomas referentes à Lei de Bases do Sistema Educativo, concretamente os projectos de lei n.ºs 76/IV, do PCP, 100/IV, do PS, 116/IV, do MDP/CDE, 156/IV, do PRD, e 159/IV, do PSD.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, desejava saber quanto tempo ainda há disponível para este debate sobre os incêndios florestais.

O Sr. Presidente: — Resta ainda 1 hora e 30 minutos de debate, Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sendo assim, parece-me preferível, Sr. Presidente — e punha esta questão à consideração da Mesa —, que a conclusão deste debate seja combinada amanhã na conferência de líderes, para não prejudicar o início do debate sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo; caso contrário, teremos depois preocupações com esse debate, que pensávamos que começaria ainda esta tarde, prosseguiria amanhã todo o dia e na sexta-feira de manhã.

Assim, se não houver oposição de nenhuma bancada, poderíamos prosseguir este debate na próxima semana ou quando fosse decidido em conferência de líderes, ou então pôr como limite para o termo da discussão sobre incêndios nas florestas a manhã de amanhã.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a suspensão desde já do debate sobre os incêndios nas florestas e o começo da discussão, no início da sessão de amanhã,

dos projectos de lei sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo só poderá ser decidida se o Plenário assim o entender.

Quanto à determinação de que o debate em causa termine amanhã de manhã, temos de nos cingir aos tempos que ainda falta serem usados pelos diversos grupos parlamentares. De qualquer modo, penso que o debate não ultrapassará a manhã de amanhã, visto não haver período de antes da ordem do dia.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Então, Sr. Presidente, poderíamos ver se terminávamos este debate amanhã de manhã para de tarde começarmos com a discussão referente à lei de bases do sistema educativo.

O Sr. Presidente: — Certamente, Sr. Deputado. Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 55 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Joaquim Bastos Marques Mendes.
Carlos Miguel Maximiano Almeida Coelho.
Fernando José Russo Roque Correia Afonso.
Joaquim Eduardo Gomes.
José Luís Bonifácio Ramos.
José Maria Peixoto Coutinho.
José Pereira Lopes.
José de Vargas Bulcão.
Luis António Damásio Capoulas.

Partido Socialista (PS):

António Carlos Ribeiro Campos.
António Gonçalves Janeiro.
António Manuel de Oliveira Guterres.
Francisco Manuel Marcelo Curto.
José Apolinário Nunes Portada.
Manuel Alfredo Tito de Moraes.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Carlos Artur Trindade Sá Furtado.
José Carlos Pereira Lilaia.

Partido Comunista Português (PCP):

António Vidigal Amaro.
Jerónimo Carvalho de Sousa.
Jorge Manuel Lampreia Patrício.

Centro Democrático Social (CDS):

Eugénio Nunes Anacoreta Correia.
Hernâni Torres Moutinho.
José Miguel Nunes Anacoreta Correia.
Narânia Sinai Coissoró.
Pedro José Del Negro Feist.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Alvaro José Rodrigues Carvalho.
Amândio Anes de Azevedo.
Amélia Cavaleiro Andrade Azevedo.

Arménio dos Santos.
Cândido Alberto Alencastre Pereira.
Cecília Pita Catarino.
Fernando José Alves Figueiredo.
Fernando Monteiro do Amaral.
Henrique Rodrigues Mata.
José Mendes Bota.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel Joaquim Dias Loureiro.
Rui Manuel de Oliveira Costa.

Partido Socialista (PS):

Augusto Martins Ferreira do Amaral.
Carlos Alberto Raposo Santana Maia.
João Cardona Gomes Cravinho.
Raul da Assunção Pimenta Rego.

Partido Renovador Democrático (PRD):
António Alves Marques Júnior.
Carlos Alberto Narciso Martins.
Herminio Paiva Fernandes Martinho.
Maria da Glória Padrão Carvalho.
Roberto de Sousa Rocha Amaral.

Partido Comunista Português (PCP):
António Dias Lourenço da Silva.
Carlos Campos Rodrigues Costa.
Joaquim Gomes dos Santos.
Maria Odete dos Santos.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.

AS REDACTORAS: *Ana Maria Marques da Cruz — Maria Amélia Martins.*

PREÇO DESTE NÚMERO: 119\$00

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

